



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

Vitor Straub de Moraes

A INFLAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO 2012-2021: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Rio de Janeiro

2022

Vitor Straub de Moraes

A INFLAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO 2012-2021: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção de grau de bacharel em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. André de Melo Modenesi

Rio de Janeiro

2022

CIP - Catalogação na Publicação

SS912i Straub, Vitor
 A INFLAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO 2012-2021: UMA
 ANÁLISE CRÍTICA / Vitor Straub. -- Rio de Janeiro,
 2022.
 70 f.

 Orientador: André de Melo Modenesi.
 Coorientadora: Débora Mesquita Pimentel.
 Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
 Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
 de Economia, Bacharel em Ciências Econômicas, 2022.

 1. Inflação. 2. IPCA. 3. Dinâmica Inflacionária.
 4. Pós-keynesianismo. 5. Pontos de pressão
 inflacionária. I. Modenesi, André de Melo, orient.
 II. Pimentel, Débora Mesquita, coorient. III. Título.

VITOR STRAUB DE MORAES

A INFLAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO 2012-2021: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro, 5/6/2022.

ANDRÉ DE MELO MODENESI - Presidente
Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

DÉBORA MESQUITA PIMENTEL
Professora Dra. do Departamento de Ciências Econômicas da UFRRJ

JOÃO DE DEUS SICSÚ SIQUEIRA
Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

ANTÔNIO JOSÉ ALVES JUNIOR
Professor Dr. do Departamento de Ciências Econômicas da UFRRJ

Dedico esse trabalho ao meu filho Francisco.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao meu pai e à minha mãe, pessoas que batalharam a vida inteira, com muito sacrifício, para ver hoje um filho se formando na federal. Infelizmente, minha mãe não pôde presenciar esse momento, mas tenho certeza de que ela sempre esteve olhando por mim.

Às minhas tias, Deise e Eliane, e meu tio, Vilmar, por todo acolhimento, carinho e cuidado, principalmente quando eu mais precisei.

À minha madrastra Fernanda e meu irmão Guilherme por todo apoio e amor.

Às minhas avós e aos meus avôs, pessoas que admiro, amo e sinto muitas saudades.

À Maria, minha esposa, e a meu filho, Francisco, por representarem a minha motivação em contribuir por um mundo melhor.

Ao Instituto de Economia, que foi a minha casa e escola por tanto tempo, lugar onde eu aprendi muito mais do que somente Economia.

Ao Centro Acadêmico Stuart Angel e à União Nacional dos Estudantes que foram minhas escolas de política e de vida.

Ao meu professor orientador, professor André Modenesi, que foi um mentor e amigo, por toda a paciência na minha trajetória. Uma referência para mim de pessoa, de pesquisador e de professor. Ensina todo dia que o papel de professor vai além da sala de aula.

À minha coorientadora, professora Débora Pimentel, por ajudar a organizar minhas ideias e me mostrar o caminho para esse trabalho.

Ao Observatório do Banco Central, grupo de pesquisa que foi fundamental para minha formação. Posso dizer com orgulho que contribuí um pouco nessa história.

Aos meus amigos e amigas que fiz no Instituto de Economia, pessoas que marcaram e marcam a minha trajetória pessoal e profissional.

RESUMO

A dinâmica inflacionária ao longo da história brasileira se apresentou como um problema recorrente, inclusive no período recente, mesmo em um cenário de estagnação. A fim de explicar a inflação, enquanto fenômeno, a corrente de pensamento ortodoxa reafirma que a causa está presente nos estímulos na demanda agregada. Por outro lado, a heterodoxia contrapõe essa visão, admitindo que a inflação pode ser causada também por descompassos no lado da oferta da economia. O trabalho tem como objetivo discutir a natureza da inflação brasileira no período recente, mais precisamente entre 2012 e 2021. Dessa forma, é realizado um estudo das estruturas de ponderação do IPCA, da sua trajetória ao longo período escolhido e dos seus pontos de pressão inflacionária mais importantes. A partir disso, estuda-se a natureza desses pontos de pressão e, por fim, o trabalho faz uma análise crítica da incompletude da visão ortodoxa e da política monetária convencional.

Palavras-chave: Inflação; Pós-keynesianismo; IPCA; Pontos de pressão.

ABSTRACT

The inflationary dynamics throughout Brazilian history has been a recurrent problem, even in the recent period, even in a scenario of stagnation. In order to explain inflation as a phenomenon, the orthodox current of thought reaffirms that the cause is present in the stimuli in aggregate demand. On the other hand, heterodox thinking opposes this view, admitting that inflation can also be caused by mismatches on the supply side of the economy. The paper aims to discuss the nature of Brazilian inflation in the recent period, more precisely between 2012 and 2021. Thus, a study is conducted of the weighting structures of the IPCA, its trajectory over the chosen period and its most important inflationary pressure points. After that, the nature of these pressure points is studied and, finally, the paper makes a critical analysis of the incompleteness of the orthodox view and of the conventional monetary policy.

Keywords: Inflation; Post-Keynesianism; IPCA; Pressure Points.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Fluxo Circular de Renda	13
Figura 2 – Abordagem macroeconômica ortodoxa dos mecanismos de transmissão.....	25
Figura 3 – Abordagem micro-macroeconômica integrada dos mecanismos de transmissão	27
Figura 4 – Divisão metodológica do IPCA por classificação de preços.....	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estrutura de ponderação regional nas POFs 2008-2009 e 2017-2018.....	32
Tabela 2 - Tabela dos pesos das séries a partir das POFs 2008-2009 e 2017-2018	34
Tabela 3 - Tabela de desagregação por itens de “Alimentação no domicílio”	35
Tabela 4 - Tabela dos pesos componentes da série “Monitorados”	36
Tabela 5 - Tabela dos pesos dos componentes da série “Serviços”	37
Tabela 6 - Tabela dos pesos dos componentes da série “Industriais”	39
Tabela 7 - Taxas anuais de inflação por série	42
Tabela 8 - Contribuição e participação dos preços monitorados no IPCA por ano	43
Tabela 9 - Contribuição e participação dos preços de serviços no IPCA por ano	44
Tabela 10 - Contribuição e participação dos preços de bens industriais no IPCA por ano	45
Tabela 11 - Contribuição e participação dos preços de alimentos consumidos em domicílio no IPCA por ano.....	45
Tabela 12 - Taxas mensais de inflação da série “Monitorados” no anos 2015, 2017, 2018 e 2021	47
Tabela 13 - Taxas mensais da inflação de serviços nos anos 2012, 2013, 2014 e 2015	53
Tabela 14 - Taxas mensais da inflação de bens industriais nos anos 2015 e 2021.....	56
Tabela 15 - Taxas mensais dos picos da inflação de alimentos consumidos em domicílio de 2012 a 2019.....	59
Tabela 16 - Taxas mensais dos picos da inflação de alimentos consumidos em domicílio em 2020	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gráfico das participações regionais nas POFs 2008-2009 e 2017-2018	34
Gráfico 2 - Componentes da série “Monitorados”	36
Gráfico 3 - IPCA acumulado em 12 meses – índice geral e séries do BCB	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A NATUREZA DA INFLAÇÃO	12
1.1 VISÃO ORTODOXA DA INFLAÇÃO	13
1.2 VISÃO HETERODOXA DA INFLAÇÃO	16
1.3 MECANISMOS DE TRANSMISSÃO	25
2 DINÂMICA INFLACIONÁRIA NO PERÍODO 2012-2021	28
2.1 ESTRUTURA DO IPCA DE 2012 A 2021	32
2.2 TRAJETÓRIA DO IPCA DE 2012 A 2021	40
3 ANÁLISE DOS PONTOS DE PRESSÃO À LUZ DA VISÃO HETERODOXA	46
3.1 PREÇOS MONITORADOS	47
3.2 PREÇOS DE SERVIÇOS	53
3.3 PREÇOS DE BENS INDUSTRIAIS	55
3.4 PREÇOS DE ALIMENTAÇÃO NO DOMICÍLIO	58
CONCLUSÃO.....	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64

INTRODUÇÃO

A dinâmica inflacionária ao longo da história brasileira se apresentou como um problema recorrente, inclusive com episódios de hiperinflação. O momento atual não se faz diferente. A inflação combina-se, nesse caso, com o cenário de estagnação econômica. A fim de explicar o fenômeno da inflação, a corrente de pensamento ortodoxa reafirma como causa os estímulos na demanda agregada. Enquanto isso, a heterodoxia se abre a alternativas a essa visão, admitindo que a inflação pode ser causada por descompassos no lado da oferta da economia.

No panorama da execução da política econômica, a visão que possui força hegemônica é a ortodoxa. Nessa linha, o Banco Central do Brasil (BCB) atua, por meio de operações na taxa SELIC observando o regime de metas para inflação (RMI), como se a inflação fosse sempre fruto de pressões e aumentos na demanda agregada.

Todavia, toda política econômica possui custos, sejam eles financeiros, sociais ou ambientais. Nesse caso, a prática do Banco Central do Brasil (BCB) impacta diretamente na atividade econômica ao desestimular investimento e consumo, aumentando a taxa básica de juros. Como resultado dessa política de controle da inflação, tem-se o aumento do desemprego e, muitas das vezes, crise econômica. Além disso, nem sempre a política monetária recessiva é eficaz, porque em muitos momentos a causa da inflação não está na expansão da demanda.

Por isso, é preciso verificar empiricamente a natureza da inflação brasileira e seus pontos de pressão. Principalmente, deve-se estudar aqueles fatores recorrentes que impulsionam o nível de preços. Além de estimular o debate sobre a inflação de custos. De fato, se a inflação advier de mudanças no lado da oferta, a política monetária convencional pouco resolverá e tenderá a compensar esse aumento na inflação com a derrubada da atividade econômica.

Nesse sentido, o trabalho busca focar e estudar a inflação recente no Brasil. A partir da identificação dos pontos de pressão inflacionária, será possível discutir a política monetária convencional aplicada pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Portanto, esse trabalho inicia uma discussão sobre a natureza da inflação tanto na visão ortodoxa, quanto na visão heterodoxa. Além de apresentar os mecanismos de transmissão em ambas as abordagens. Essa parte está organizada no capítulo 1.

O capítulo 2 é uma análise descritiva da inflação brasileira do período de 2012 a 2021. Iniciando com o estudo da base cálculo do IPCA e utilizando os dados

disponibilizados pelo Banco Central do Brasil para analisar a dinâmica inflacionária brasileira no período tratado.

O capítulo 3, por último, a partir da base teórica no capítulo 1, da análise do capítulo 2 e dos relatórios mensais de inflação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), busca identificar as causas e os pontos de pressão da inflação de 2012 a 2021.

A conclusão busca reunir os resultados encontrados no trabalho e, com isso, discorrer sobre o perfil da inflação brasileira de 2012 e 2021.

1 A NATUREZA DA INFLAÇÃO

O fenômeno da inflação é objeto de debate recorrente na história do pensamento econômico. De tal forma, que é possível identificar escolas econômicas com interpretações próprias do processo inflacionário e suas causas.

Contudo, apesar da diversidade, é possível dividir essas escolas em dois grupos, utilizando os conceitos de ortodoxia e de heterodoxia. Ambos os termos são relativos e pedem que nesse esforço didático, o trabalho defina o parâmetro que definirá esse esquema de classificação. Como o foco do estudo é uma análise sobre a inflação, essa divisão é realizada a partir dos posicionamentos em relação à neutralidade ou à não neutralidade da moeda.

“(…) a noção de neutralidade da moeda relaciona-se estreitamente com as conclusões de apoio à Lei de Say e à Teoria Quantitativa da Moeda, dois resultados fundamentais da teoria econômica, o que torna tal noção adequada para traçar a linha divisória entre ortodoxia e heterodoxia econômicas e mais particularmente entre ortodoxia monetária, que defende tais ideias, e heterodoxia monetária, que nega-as, criticando tanto a neutralidade da moeda quanto a Lei de Say e a Teoria Quantitativa.” (MOLLO, 2004, p. 338).

Segundo Patinkin apud Mollo (2004), a neutralidade da moeda é uma proposição básica da teoria quantitativa de que apenas o nível de preços em uma economia, e não o nível de seu produto real, é afetado pela quantidade de moeda que circula.

Para a ortodoxia econômica, as mudanças no estoque de moeda na economia não afetam as variáveis reais da economia no longo prazo, embora existam discordâncias nos efeitos de curto prazo. A inflação é, para esse grupo, um fenômeno exclusivamente monetário, sendo sempre decorrente do lado da demanda da economia, por aumento do

poder de compra decorrente do aumento da quantidade de moeda. Assim, a moeda serve apenas como um facilitador das trocas.

Em sentido contrário, a heterodoxia não concorda com a neutralidade nem no longo prazo, nem no curto prazo. Segundo Araújo (2013), na visão heterodoxa, “a inflação pode ser considerada um fenômeno oriundo de múltiplas causas, que não necessariamente estão relacionadas ao lado da demanda da economia. Dito de outra forma, para tal visão, o aumento de nível de preços procede, de maneira geral, de uma modificação nas condições do lado da oferta, mais especificamente no custo dos fatores produtivos.”. Dessa forma, a moeda possui um papel central na coordenação da economia. Entretanto, isso não quer dizer que essa economia se comporte, na visão da heterodoxia, de forma harmônica, pelo contrário, ela possui instabilidades e conflitos.

“Uma vez que a Lei de Say, tanto quanto a Teoria Quantitativa da Moeda, foi aceita de forma dominante pelos economistas desde o início da Ciência Econômica, e tendo em vista a afinidade dos supostos necessários para aceitá-las, elas são um marco teórico importante na definição de ortodoxia econômica e na separação entre ortodoxos e heterodoxos em economia.” (MOLLO, 2004, p.326)

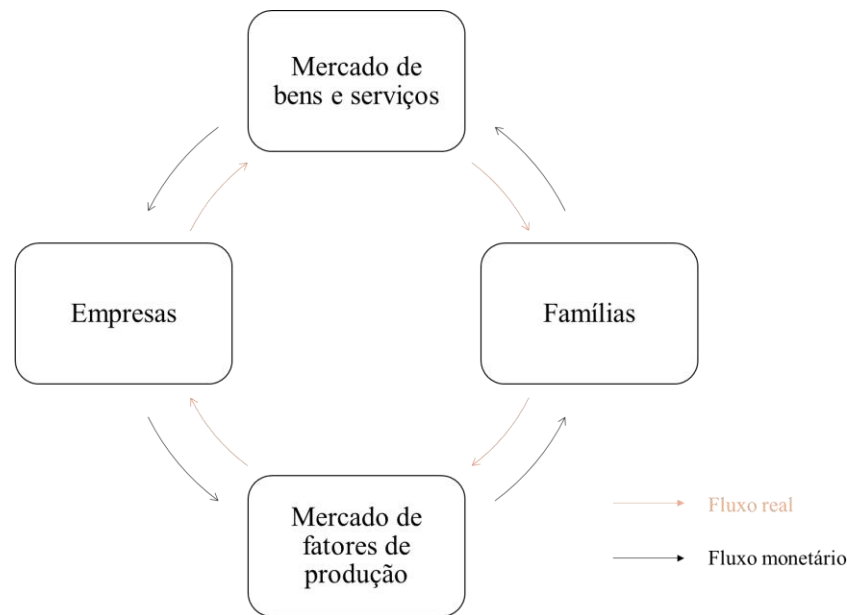
A partir dessa reflexão entre heterodoxia e ortodoxia, o trabalho organizará o debate da natureza da inflação presente nas próximas seções deste capítulo.

1.1 VISÃO ORTODOXA DA INFLAÇÃO

A visão ortodoxa da inflação se evidencia a partir da neutralidade da moeda, já que ela revela o porquê desse grupo colocar a demanda da economia como causa principal do aumento do nível geral de preços. Sendo a moeda neutra, um aumento da oferta de moeda, provocaria um aumento do poder de compra sem uma mudança do produto no longo prazo, causando um efeito de transmissão para o nível de preços. Essa exposição é melhor compreendida a partir de duas teorias que são bases dessa perspectiva, elas são a Lei de Say e a Teoria Quantitativa da Moeda. O posicionamento a respeito da neutralidade da moeda é consequência da aceitação ou não dessas teorias econômicas.

No entendimento da Lei de Say, a produção, a oferta de produtos, gera também as rendas que pagarão pela compra desses produtos, culminando no equilíbrio de mercados. Isso acontece porque a oferta está gerando sua própria demanda, criando um fluxo circular de renda que equilibra o mercado de bens e serviços e, ao mesmo tempo, o de fatores de produção.

Figura 1- Fluxo Circular de Renda



Fonte: Elaboração própria (2021).

Dessa forma, tanto a emissão, quanto a retirada de moeda da economia causam desequilíbrios nesse fluxo circular de renda.

É preciso que a moeda seja vista como algo não desejável por si mesma para que não haja vazamentos no fluxo circular de renda que garante a Lei de Say, ou seja, no fluxo de rendas pagas pelas empresas às famílias pelos fatores de produção, rendas com as quais as famílias compram os produtos das empresas. Em caso contrário, os vazamentos correspondentes à moeda retida deixam de comprar produtos, os quais passam a sobrar, conduzindo à queda da utilização dos fatores de produção. O resultado é a crise, ou a negação da Lei de Say, com superprodução ou produção invendável, de um lado, e desemprego, do outro. (MOLLO, 2004, p. 324).

Também, Mollo (2004) explica que os que aceitam a Lei de Say precisam rejeitar que o entesouramento seja racional, porque o entesouramento provoca retenções no fluxo circular da renda. “Ou seja, a moeda é neutra e é a neutralidade da moeda que impede que ela afete de forma danosa o equilíbrio garantido pela Lei de Say.” (MOLLO, 2004, p.325)

“A rejeição do entesouramento aparece nas concepções ortodoxas de mercados de fundos de empréstimos, quando a oferta de empréstimos é igualada à poupança, ou seja, toda renda poupada é emprestada, o que elimina a possibilidade de entesourar.” (MOLLO, 2004, p. 325)

Os mesmos pressupostos de neutralidade da moeda e da rejeição da função de reserva de valor, entesouramento, da moeda são condicionantes da Teoria Quantitativa da Moeda. A demanda de moeda se torna estável por conta da inexistência de entesouramento, já que ela passa a atender exclusivamente a motivos transacionais. Consequentemente, a velocidade de circulação da moeda é estável, tornando a inflação resultado de aumentos no produto ou na oferta de moeda.

A partir da identidade da Teoria Quantitativa da Moeda, cuja identidade é $MV=PY$, é possível perceber esses mecanismos. Sendo M a oferta de moeda, V , a velocidade de circulação da moeda, P , o nível geral de preços e Y , o nível de atividade econômica.

Assim, um aumento em M gera um efeito diretamente proporcional em P , ilustrado em (1.1), já que V e Y são independentes da oferta de moeda no longo prazo.

$${}^t MV = {}^t PY \quad (1.1)$$

A ortodoxia, a partir da TQM, segue três pressupostos, de acordo com Mollo e Amado (2003). O primeiro é que as mudanças na oferta de moeda (M) não afetam de forma permanente o produto (Y). Em outras palavras, se a variação da oferta de moeda promover alguma mudança no produto, ela se resumirá ao curto prazo. O segundo pressuposto é que a velocidade de circulação da moeda (V) é constante ou previsível, sendo uma variável estável e independente. Por fim, o terceiro pressuposto é que a oferta de moeda (M) é exógena, ou seja, a autoridade monetária possui total controle sobre essa variável.

A chamada inflação de demanda é resultado do aumento da oferta de moeda que amplia a renda monetária disponível, causando um aumento nos gastos e na demanda, que pressiona os preços para cima. Nessa visão, a moeda existe apenas para motivos transacionais, logo se há aumento dessa moeda em poder do público, o excedente do estoque de moeda que foi utilizado para motivos transacionais começa a ser gasto pelos detentores. Supondo que essa economia está em equilíbrio, em pleno emprego, esse gasto adicional não expandirá a utilização dos fatores de produção, será repassado inteiramente para o nível geral de preços. Portanto, no longo prazo, toda variação em M incidirá em P .

“Pode-se, neste sentido, dizer sucintamente que neoclássicos, novos-clássicos e novos-keynesianos aceitam a Lei de Say e a Teoria Quantitativa da Moeda, pertencendo, por isso, à chamada ortodoxia econômica. Os neoclássicos monetaristas, como Friedman, e os novos keynesianos, aceitam-na apenas a longo prazo, enquanto os novos-clássicos, em particular a versão dos ciclos reais, aceitam-na a curto prazo.” (MOLLO, 2004, p.326-327)

Os efeitos da moeda na economia real no curto prazo, admitidos por algumas escolas, sejam eles decorrentes da rigidez dos preços ou das expectativas dos agentes econômicos, quando ocorrem, são transitórios. Independente dessas diferenças na interpretação do curto prazo, é consenso a neutralidade da moeda no longo prazo e, conseqüentemente, a concepção de que a inflação é resultado de desequilíbrios na demanda da economia.

1.2 VISÃO HETERODOXA DA INFLAÇÃO

A seção anterior mostrou que os ortodoxos, ao aceitarem a Teoria Quantitativa da Moeda, possuem como premissa uma demanda de moeda estável, ocasionando também na estabilidade da velocidade de circulação de moeda. Como relata Mollo (2004), a neutralidade da moeda faz com que o impacto do aumento da oferta de moeda (M) seja localizado, principalmente no longo prazo, inteiramente no nível geral de preços (P), seguindo a Teoria Quantitativa da Moeda. Há discordâncias entre os pensadores ortodoxos sobre os resultados desse fenômeno no produto no curto prazo, porém é consenso que no longo prazo o produto volte para o patamar inicial. Nesse sentido, o aumento da oferta de moeda só causaria inflação. Sendo a moeda exógena, Mollo (2004) aponta que, para a ortodoxia, o Banco Central é o principal responsável pela inflação, já que possui total controle da quantidade de moeda. A Lei de Say complementa essa visão colocando a moeda para atender apenas motivos transacionais, a fim de manter o equilíbrio dos mercados e o fluxo circular de renda.

Ainda em Mollo (2004), a heterodoxia, sob outra perspectiva, não acata nenhuma das duas teorias expostas na última seção, principalmente porque nega suas hipóteses. Ao considerar que o entesouramento racional existe na economia, a velocidade de circulação da moeda e a demanda por moeda não serão estáveis. Dessa forma, o Banco Central, a partir dessa visão, não é capaz de controlar perfeitamente a quantidade de moeda na economia. O Banco Central, por essa razão, não poderia ser o principal responsável pela inflação. Além disso, a não neutralidade da moeda implica que um aumento da oferta de moeda (M) não necessariamente causará inflação, podendo, inclusive aumentar o produto de forma permanente, isto é, para além do curto prazo. Por isso, os pensadores heterodoxos negam que a inflação tenha apenas causas monetárias.

Ao admitir a existência do entesouramento, a heterodoxia também se opõe à Lei de Say, já que afirmam que existem motivos para o entesouramento, mesmo que esse seja algo necessário e inevitável, dado o papel da moeda na economia capitalista, segundo Mollo (2004). Dessa forma, o campo heterodoxo aceita a ideia de instabilidade da demanda da moeda e da consequente dificuldade do Banco Central em controlar a quantidade de moeda na economia de forma eficaz.

Dentro dessa perspectiva, o entesouramento e os efeitos do crédito podem explicar a não neutralidade da moeda. Além disso, ambos resultam na ruptura do fluxo circular de renda, culminando na rejeição da Lei de Say. No primeiro caso, o

entesouramento promove o impacto da moeda sobre a economia real já que gera o impedimento da venda de parte da produção, restringindo-a. Por sua vez, o crédito potencializa o consumo e os investimentos, repercutindo na produção real.

A ideia de moeda não neutra, para os heterodoxos, relaciona-se com o papel que concebem para a moeda e o crédito, bem diferente do atribuído pelos ortodoxos. Enquanto para os ortodoxos a moeda é um véu e a concessão de crédito é uma transferência de fundos poupados para financiar o investimento, com os bancos funcionando como meros intermediários, para os heterodoxos, tanto marxistas quanto pós-keynesianos, a moeda é fundamental na conexão ou coordenação da economia e o crédito rompe a restrição orçamentária e tem um papel ativo, potencializando a produção. (MOLLO, 2004, p. 332)

Embora existam discordâncias sobre o impacto monetário na inflação, é consenso que a política monetária pode afetar o produto no longo prazo. A heterodoxia afirma, inclusive, que nem sempre uma expansão monetária pode resultar no aumento do nível geral de preços. Dentro dos nuances heterodoxos, esse trabalho abordará três interpretações que servirão de bases teóricas para a análise a que estudo se propõe, são elas a perspectiva marxista, a estruturalista e a pós-keynesiana.

A abordagem marxista, de acordo com Mollo e Saad-Filho (2001), rejeita a Teoria Quantitativa da Moeda por alguns motivos. O primeiro consiste na afirmação de que a moeda não é neutra. O segundo é porque considera a moeda endógena, ou seja, a autoridade monetária não é a única que cria moeda na sociedade, outros agentes econômicos podem também criar. Por fim, também acredita que os efeitos dessa criação de moeda são imprevisíveis.

Em Marx (1894/2016), só é possível a divisão social do trabalho com a existência da moeda, porque é ela que referencia o valor social das mercadorias e permite comparar o trabalho contido em cada mercadoria. A moeda no capitalismo tem esse poder social, porque é com ela que os trabalhadores conseguem ter acesso aos produtos para sua subsistência a partir da venda da sua força de trabalho. Também, os capitalistas só conseguem realizar o lucro, que para o autor é sempre monetário, a partir da conversão de sua produção em moeda, a partir da venda das mercadorias.

A partir dessa importância da moeda, entende-se a existência do entesouramento, já que a moeda, sendo fundamental para viabilizar as trocas no capitalismo, pode cumprir a função de reserva de valor. Além disso, segundo Mollo (2004), “o crédito potencializa a acumulação de capital ao permitir o aumento de ritmo e da escala da produção, ao reduzir custos de circulação e ao antecipar, sincronizando, tanto a etapa de produção quanto a de circulação, já que com o crédito não é mais necessário esperar a realização

de lucros para financiar aumentos de capacidade, e já que também o consumo pode ser antecipado via crédito e, com ele, a realização de lucros”. Dessa forma, ao admitir o entesouramento e o efeito do crédito, de potencializar a produção e romper com a restrição orçamentária, a teoria marxista contraria tanto a Lei de Say, quanto a Teoria Quantitativa da Moeda, ambas fundamentais dentro da ortodoxia.

A abordagem marxista, de acordo com Mollo e Saad-Filho (2001), baseia suas explicações sobre a inflação em três linhas interpretativas: a do conflito distributivo, a do conflito entre capitalistas e a da moeda extra.

Segundo Saad-Filho (2000) e Mollo e Saad-Filho (2001), o conflito distributivo consiste no conflito básico do capitalismo entre salários e lucros. Quando um preço de uma mercadoria sobe, há um conflito para dividir esse aumento entre lucros e salários. Caso a produção não amplie, a inflação é uma forma de expandir a parte da produção que será absorvida pelos capitalistas. Dessa forma, o processo inflacionário corrói o poder de compra dos trabalhadores. Ainda em Mollo e Saad-Filho (2001), “com a inflação, alguns segmentos dos trabalhadores tendem a desenvolver mecanismos de organização e de indexação salarial para a reposição das perdas provocadas pela elevação dos preços, ao que setores capitalistas geralmente respondem com a imposição de preços mais altos ainda”. Esse segundo aumento é uma resposta ao aumento de custo de produção, tentando manter a taxa de mais-valia. Assim, o período entre o aumento no nível geral de preços e a recomposição salarial consiste em um momento de perda para os trabalhadores, já que a determinação dos preços é definida pelos capitalistas inicialmente.

“Na prática, trata-se sempre de conflitos em movimento, uma vez que a fixação e a obtenção dos rendimentos na economia ocorrem de forma sequencial, e não simultânea.” (MOLLO; SILVA, 1987)

A concorrência entre os capitalistas, por sua vez, segundo Mollo e Saad-Filho (2001), “ao invés de induzir a redução tendencial dos preços como na concepção tradicional, pode desenvolver-se através da imposição de mark-ups exógenos sobre os custos de produção. Neste caso, dado o grau de monopólio, os lucros dos setores com maior poder de mercado podem aumentar em detrimento dos setores concorrenciais, que não conseguem restaurar os preços relativos e/ ou suas fatias da renda.”.

Evidentemente, a generalização e perpetuação destes conflitos depende das instituições econômicas, financeiras e monetárias de cada país. Em particular, os arranjos institucionais que permitem a indexação de preços e aumentam a disponibilidade de moeda mais ou menos automaticamente, permitindo o movimento do conflito distributivo, são traços estruturais importantes das inflações elevadas. (MOLLO; SAAD-FILHO, 2001, p.208)

A inflação, segundo a teoria marxista, também pode ser provocada por moeda extra, sendo um fenômeno com causas monetárias. Para Mollo e Saad-Filho (2001), a inflação por moeda extra acontece porque “circunstâncias inerentes aos circuitos de produção e circulação do capital regularmente criam discrepâncias entre a oferta e a demanda de moeda que, em alguns casos, podem gerar inflação”. Resumidamente, se a produtividade não consegue acompanhar o efeito da expansão da oferta de moeda, a inflação ocorrerá. A inflação, nesse caso, segundo Mollo (2004), dependerá da capacidade da expansão da moeda em afetar o crescimento da produção naquele momento. Se o lado da oferta da economia não conseguir absorver todo o aumento da demanda, então essa moeda extra levará ao aumento no nível de preços.

Se por qualquer razão o hiato entre a taxa de crescimento efetiva e os limites produtivos se estreita, haverá menos e menos espaço para o crescimento do produto e, conseqüentemente mais e mais pressão sobre os preços. A taxa de acumulação até o limite produtivo que chamo de coeficiente produtivo é então um índice de pressão inflacionária. (SHAIKH apud MOLLO, 2004, p.333)

Essa teoria não significa, todavia, na aceitação da neutralidade da moeda, a emissão de moeda, dentro dessa interpretação, pode gerar crescimento do produto. Só ocorrerá inflação em casos que a produção não consiga expandir a tempo de atender à demanda gerada pela moeda extra.

Uma forma de visualizar melhor a diferença entre as duas concepções monetárias de inflação é observar que, como a criação nova de moeda pode provocar inflação mas não necessariamente o faz, é provável que a moeda extra, ao fluir para setores cuja produção não responda de imediato com aumento de produção e/ou capacidade produtiva, forneça impulso para o crescimento dos preços no curto prazo, mas ao fluir e afetar de forma diferenciada os vários setores e então os preços relativos, afeta a médio e longo prazo a produção agregada, o que pode impedir a longo prazo o crescimento do nível geral de preços. Assim, ao contrário do que ocorre com o pensamento ortodoxo, é de se esperar que os efeitos da moeda sobre a economia real (não neutralidade) sejam maiores e mais gerais a longo prazo e não a curto. (MOLLO, 2004, p. 335)

Outra linha interpretativa que contraria as bases teóricas da visão ortodoxa é a estruturalista. A inflação, para essa corrente, não é um fenômeno exclusivamente monetário, mas uma consequência de desequilíbrios estruturais no lado da oferta da economia. Sicsú (2003) expõe que o “diagnóstico estruturalista da inflação nas economias latino-americanas dos anos 1950-1960 era de que, quando havia crescimento, as exportações, que eram basicamente de bens primários, não poderiam se expandir na mesma velocidade das importações porque a demanda internacional era quase inelástica - isto causava um déficit externo que, em um regime de taxas cambiais semifixas, causava

pressão no mercado de câmbio que era dissolvida com uma desvalorização, o que provocava um aumento generalizado de preços”. Além disso, o autor destaca que o aumento da demanda resultante do crescimento promovia pressões inflacionárias via custos, provocadas por outras imperfeições estruturais como a oferta inelástica de alimentos e as precárias condições da infraestrutura.

Em mais detalhes, em Prebisch (1961), o economista estruturalista Raúl Prebisch reforça a classificação entre inflação de gastos e investimentos, isto é, de demanda, e a inflação de custos. O primeiro caso, para o autor, configura a inflação monetária, aquela ocasionada pelo excesso de demanda. Todavia, isso não se aproxima da premissa ortodoxa da neutralidade da moeda. Na visão de Prebisch, a moeda é um elemento determinante da desigualdade social, uma das razões é que ela apresenta a função de reserva de valor.

Além disso, a neutralidade da moeda, para Prebisch, ignorava a estrutura social, porque, contrariando a Lei de Say, o mercado não aloca de forma ótima os recursos da economia e, assim, o sistema não tende para o equilíbrio dinâmico, mas para a crise. Isso se deve ao fato de que a renda, como abordada em Prebisch (1981), não se distribui de acordo com a produtividade marginal de cada fator, mas de acordo de como as relações de poder na sociedade moldaram a estrutura social. Prebisch (1981) aproxima-se da visão marxista para fundamentar teoricamente esse argumento, para isso utiliza-se o conceito de excedente, que é a parte da produtividade do trabalho que deveria ser transferida para os trabalhadores, mas é apropriada pelos capitalistas, sem resultar em queda de preços. Por esse motivo, o economista em Prebisch (1961) fala que é impossível ignorar a estrutura social, já que os grupos de poder, políticos ou econômicos, usavam a inflação para direcionar a distribuição de renda a seu favor.

Por sua vez, o segundo tipo de inflação, em Prebisch (1961), está ligada aos fatores estruturais das economias dos países latino-americanos. Dentro da realidade desses países, ainda em Prebisch (1961), três se destacam: a deterioração dos termos de troca, já descrita neste trabalho utilizando Sicsú (2003); o custo da produção industrial interna, já que o processo de substituição de importação não contava com boas circunstâncias de economicidade, incorria em custos excessos e promovia desproporções no arranjo produtivo para substituição e exportação; e a pressão altista dos preços dos produtos agrícolas, causada pela estrutura agrária concentradora e pelos custos dos insumos importados.

O cerne da teoria estruturalista, em Prebisch (1961), é que a inflação é um fenômeno que possui características econômicas e sociais. Assim, a inflação de custos deve ser combatida a partir das mudanças da relação produtiva, de forma que os aumentos de custos não sejam repassados para a sociedade.

A abordagem estruturalista, por fim, segundo Sicsú (2003), “é um método de análise, é muito mais do que o diagnóstico das causas específicas da inflação latino-americana nos anos 1950-1960”. De acordo com Bielschowsky apud Sicsú (2003),

O modelo básico consiste numa classificação dos fatores que geram ou aceleram a inflação de acordo com sua importância relativa. Mas, para descobrir quais são esses fatores, é necessário examinar as condições específicas de cada país, isto é, quais são suas características estruturais, institucionais e de dinâmica econômica.

A corrente pós-keynesiana também é contrária à neutralidade da moeda e defende a ideia de uma economia monetária de produção, contrapondo-se à ortodoxia. A moeda, segundo Cardim (2020), produz efeitos nas decisões dos agentes econômicos, não sendo, portanto, neutra tanto no curto, quanto no longo prazo. A não neutralidade, de acordo com Amado (2000), é explicada a partir de três elementos fundamentais para a compreensão da teoria monetária de Keynes e dos pós-keynesianos, são eles: a concepção de tempo, a concepção de incerteza e a concepção de moeda.

O tempo histórico, a concepção de tempo para os pós-keynesianos de acordo com Amadeo e Dutt (1987), indica que a produção leva tempo, que o investimento realizado no presente dá origem a capacidade produtiva no futuro e a obtenção de ativos resulta em renda no futuro. Portanto, segundo os mesmos autores, as consequências das decisões dos agentes econômicos só se realizam no futuro. Por conta disso, essa concepção de tempo se diferencia daquela adotada pela ortodoxia, que “implica tratar o tempo como mais uma dimensão espacial, como se este tivesse a propriedade da reversibilidade. Ao adotá-la, retira-se completamente o estudo dos fenômenos econômicos da historicidade para colocá-lo num espaço de possibilidades meramente lógico formal” (Prado, 2003, p. 199). Complementam Amadeo e Dutt (1987) ao falar que, sendo o tempo histórico irreversível, ações resultantes das decisões dos agentes não podem ser desfeitas em um momento posterior.

Esta não neutralidade é afirmada (...) pela concepção de tempo histórico, uma vez que, nesta visão, as mudanças observadas na produção e, sobretudo, na capacidade produtiva, como decorrência da concretização das decisões de investir, alteram irreversivelmente a estrutura produtiva a longo prazo, impedindo que se possa conceber a não neutralidade a curto prazo e a

neutralidade a longo prazo, já que este último nada mais é do que uma sucessão de curtos prazos. (MOLLO, 2004, p. 338)

A incerteza - a partir de Minsky (2008), Amado (2000) e Amadeo e Dutt (1987) - é intimamente relacionada com o tempo histórico, porque ela só é possível dentro dessa concepção. O tempo histórico não é previsível porque a informação não é perfeita e os eventos não são ergódicos. Isto é, a probabilidade dos eventos permanece imutável tanto no presente, quanto no futuro, tornando, segundo Davidson (1988), o futuro mero resultado estatístico do passado, já que as relações econômicas entre as variáveis ficam atemporais. É, também, na visão de Amado (2000), o tempo que vai determinar o nível de incerteza, quanto maior o tempo para os resultados serem obtidos, maior será a incerteza, porque as expectativas possuem bases mais voláteis com a distância do tempo. Dessa forma, Keynes (1937) diferencia incerteza e risco, a primeira não pode quantificável, nem mensurável, ao contrário do segundo. Por isso, a incerteza possui um papel central dentro da economia monetária de produção, já que cria o ambiente de incerteza, que afeta as expectativas e, conseqüentemente, as decisões dos agentes econômicos.

A moeda, por sua vez, segundo Mollo (2004), Keynes (1936) Cardim (2020), é uma forma de garantia contra a incerteza, justamente por ser o ativo mais líquido. Nesse sentido, a incerteza influencia o grau de preferência pela liquidez que pode levar os agentes a demandarem mais ou menos moeda dependendo do cenário. Dessa forma, quando os agentes econômicos se deparam com cenários futuros incertos, eles demandam moeda a fim de protegerem seus patrimônios, inibindo, assim, na economia, o consumo e o investimento. Esse comportamento é chamado de preferência pela liquidez, que é a vontade do agente em relação à liquidez dos seus ativos. Por tal comportamento que a moeda não é neutra para Keynes e os pós-keynesianos. Sem a incerteza, não haveria motivo para entesourar, a moeda existiria apenas por motivos transacionais, assim como na abordagem ortodoxa. Cardim (1990) complementa que, por ser a incerteza “ineliminável”, a sociedade cria instituições para reduzi-la ou socializá-la, dentre essas instituições está o sistema de contratos em moeda. Além disso, de acordo com Keynes (1930), o crédito possui efeito potencializador, porque a moeda tem o comportamento de moeda-crédito. Paula (2013) afirma que, para Keynes, a criação de crédito não necessita da formação de poupança prévia, os depósitos bancários são criados no processo de concessão de crédito. Por conta desses fatores descritos, a visão pós-keynesiana afirma que variações da oferta de moeda afeta as variáveis reais no longo prazo.

A inflação na visão pós-keynesiana possui suas causas majoritariamente concentradas, de acordo com Sicsú (2003), no lado da oferta da economia. No entanto, a abordagem pós-keynesiana admite a possibilidade de inflação de demanda quando a economia estiver em situação de pleno emprego, segundo o mesmo autor. Em qualquer outra situação, o problema será no custo dos fatores de produção. Em Davidson (1994), as causas da inflação, dentro da perspectiva pós-keynesiana, podem ser agrupadas em sete tipos: inflação de salários, inflação de lucros, inflação de rendimentos decrescentes, inflação importada, choques inflacionários, inflação de impostos e inflação de demanda.

A inflação de salários acontece quando um aumento dos salários nominais causa inflação, tudo o mais constante. De acordo com Sicsú (2003), em cenário de hiato de emprego reduzido, os empresários conseguem repassar para os preços o ganho salarial obtido pelos trabalhadores, tornando a inflação de salários recorrente nesse contexto.

Contudo, ainda segundo o autor, não causará inflação se o aumento salarial for compensado pelo aumento da produtividade, que, por sua vez, não possui qualquer relação com o hiato de emprego. Esse processo de aumento ou redução de preços dependerá de quanto os ganhos de produtividade se transformam em aumento de margem de lucro ou de salários. O autor complementa, também, que a inflação de salários também é possível em setores com elevado grau de monopólio. Logo, os empresários conseguem repassar o aumento salarial para o preço do produto, já que não sofrem pressões de demanda relevantes dos consumidores por conta desse seu poder de mercado.

Em seguida, há a inflação de grau de monopólio, ou de lucros, quando os empresários possuem uma elasticidade da demanda no mercado favorável ao aumento da margem de lucro, provocando a elevação dos preços. Essa capacidade de expandir margem lucro dependerá do poder de mercado da firma.

A inflação de rendimentos decrescentes somente é provocada quando o hiato de emprego já se encontra em um patamar muito baixo e passa por mais uma redução. Em condições normais, segundo Sicsú (2003), “as firmas operam em retornos constantes para uma faixa muito extensa do hiato de emprego”, portanto, somente uma redução significativa do hiato promove a escassez, seja ela de insumos ou de trabalhadores. O autor afirma que essa redução do hiato de emprego, quando este já é baixo, faz com que a economia adentre na faixa de retornos decrescentes. Isso acontece porque o capital torna-se mais eficiente que o trabalho, promovendo a contratação de mão de obra menos qualificada, que operará tecnologias de alta complexidade com menor eficiência. Por fim,

o autor conclui que, para Keynes, essa inflação é a principal em situações de pleno emprego.

Também há a inflação importada, quando o nível de preços internacionais e a variação da taxa de câmbio afetam os preços domésticos. Sicsú (2003) afirma que um país pode importar a inflação do exterior, quanto maior o grau de abertura desse país, mais vulnerável ele estará. Nessa lógica, quanto maior o número de produtos importados na cesta de consumo doméstica ou na aquisição de insumos para produção, maior o impacto do nível dos preços desses produtos na inflação. Além disso, ainda em Sicsú (2003), “se os preços dessas mercadorias não se alteram em dólares, mas há uma desvalorização da moeda doméstica em relação ao dólar”, haverá também inflação. Logo, a inflação poderá ocorrer tanto na composição da importação do país, quanto via câmbio. “O potencial da inflação importada pode ser explicado também pelo hiato de emprego e

pelo grau de monopólio da economia. (...) Como qualquer outro custo, são mais facilmente repassados aos preços quando o hiato de emprego é baixo ou quando o grau de monopólio (do setor atingido pelo problema externo) é elevado.” (SICSÚ, 2003, p. 13)

Dentro dessa lista, existem os choques de oferta inflacionários, que geram aumentos nos custos de produção. Os choques de oferta, segundo Sicsú (2003), são eventos que provocam aumentos nos custos. O autor cita como exemplos a quebra de uma safra agrícola e a escassez de energia elétrica. Assim como as outras, Sicsú (2003) afirma que essa inflação pode ser potencializada ou reduzida conforme o hiato de emprego e o grau de monopólio dos mercados. Dessa forma, os aumentos nos custos advindos dos choques de oferta domésticos serão mais facilmente repassados aos preços quando o hiato de emprego for menor ou quando o setor possuir elevado grau de monopólio.

Consta também a inflação de impostos, quando a alteração de alíquotas de impostos é repassada ao preço. Segundo Sicsú (2003), um aumento de alíquota de um imposto implica em um aumento dos custos tributários dos empresários. Esses, por sua vez, promoverão a inflação quando repassarem esse aumento para os preços dos produtos. Todavia, isso dependerá, também, da dimensão do hiato de emprego e do grau de monopólio da economia, que configurarão maior ou menor poder de mercado para os empresários.

Por fim, a corrente pós-keynesiana, de acordo com Sicsú (2003), admite a possibilidade de inflação de demanda. Contudo, diferentemente da ortodoxia, ela ocorrerá sob uma determinada condição, que será quando o hiato de emprego não for mais positivo. Dessa forma, os aumentos de gastos do governo ou uma expansão monetária

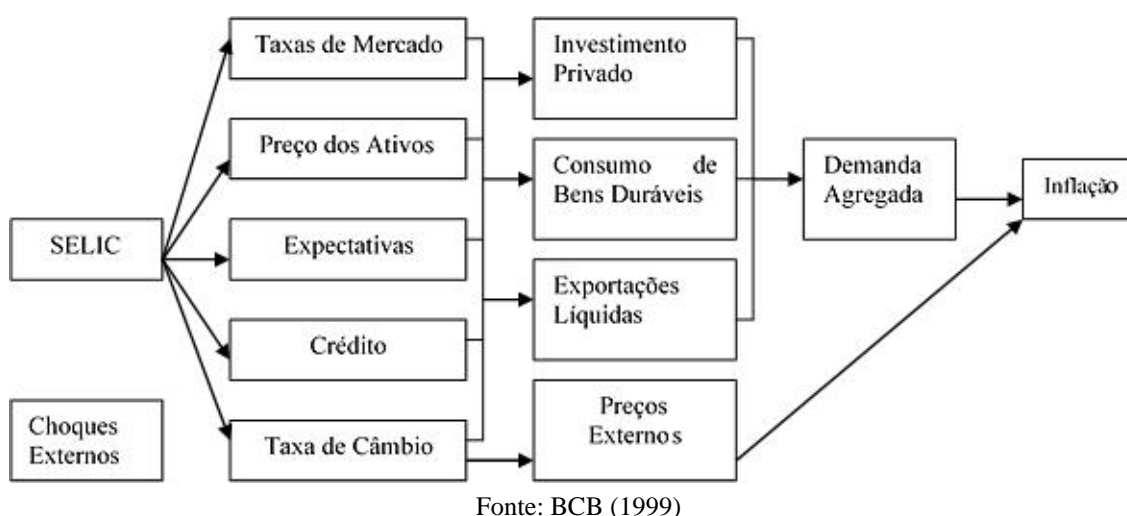
podem iniciar uma inflação ao aumentar a demanda por mercadorias por parte do público, pressionando a oferta e aumentando, conseqüentemente, o nível de preços.

1.3 MECANISMOS DE TRANSMISSÃO

Ao tratar dos mecanismos de transmissão, segundo Modenesi e Passos (2021, no prelo), a visão ortodoxa e a sua literatura (Mishkin 1995; 1996) enumeram cinco canais por meio dos quais a política monetária promove a variação do nível geral de preços, eles são a estrutura a termo da taxa de juros, o preço dos ativos, as expectativas, o crédito e a taxa de câmbio.

A figura 2 ilustra essa visão ortodoxa no processo de formação de preços no nível macroeconômico, conforme o BCB (1999).

Figura 2 – Abordagem macroeconômica ortodoxa dos mecanismos de transmissão



A taxa básica de juros possui influência nas decisões de consumo de bens duráveis e de investimento. Dessa forma, mudanças na SELIC afetam as taxas de juros de médio e longo prazo. Por exemplo, uma pressão inflacionária pode advir da diminuição das taxas de mercado, já que as mesmas, ao acompanharem a redução da taxa básica de juros, estimulando o investimento e o consumo, aumentando, assim, a demanda agregada.

De acordo com Modenesi e Passos (2021, no prelo), “variações nos preços dos ativos financeiros, ao alterar o estoque de riqueza dos agentes econômicos, podem influenciar as decisões de consumo.” Uma redução da taxa básica de juros, segundo os mesmos autores, “ao estimular o crescimento econômico, aumenta a expectativa de lucro das empresas, gerando, normalmente, uma elevação no preço das ações.” Também, há aumento da procura dos títulos pré-fixados, aumentando o preço desses títulos, isso ocorre

porque com a SELIC em queda, os investidores recorrem a pré-fixados para assegurar taxas maiores. Esses aumentos de valor dos ativos financeiros provocam um aumento do volume de riqueza financeira, estimulando os agentes econômicos a gastar mais. Dessa forma, ainda em Modenesi e Passos (2021, no prelo), “ao incentivar o consumo – por meio do *efeito riqueza financeira* – também amplia a demanda agregada, pressionando para cima o nível geral de preços.”

O terceiro canal de transmissão da política monetária é o das expectativas. A partir das mudanças da taxa básica de juros, os agentes econômicos criam expectativas a respeito dos futuros impactos na economia. Essas expectativas afetam, por sua vez, as decisões de investimento e consumo dos mesmos agentes.

A diminuição da SELIC, de acordo com Modenesi e Passos (2021, no prelo), eleva o volume das reservas bancárias e, conseqüentemente, a quantidade de recursos disponíveis para empréstimos. Os autores afirmam que haverá uma expansão dos empréstimos bancários se a demanda por crédito estiver reprimida. Dessa forma, os gastos com investimento e consumo dos agentes aumentarão, ampliando a demanda agregada e gerando uma pressão inflacionária.

Uma desvalorização cambial, por fim, segundo Modenesi e Passos (2021, no prelo), “tende a elevar a inflação na medida em que aumenta as exportações líquidas ao tornar as importações menos competitivas, deslocando a demanda de produtos importados para similares nacionais; isto tende a reduzir a competição externa, possibilitando que os produtores domésticos formem (ou aumentem) os preços com mais liberdade.

Esses cinco canais, portanto, provocam estímulos monetários na inflação, pressionando via aumento da demanda agregada. Percebe-se que esse esquema lógico de mecanismos de transmissão é perfeitamente coerente com a visão ortodoxa da natureza da inflação, já que mostra como fonte única a demanda agregada. Contudo, conforme Modenesi e Passos (2021, no prelo), “a descrição convencional desse mecanismo omite o papel crucial desempenhado por fatores microeconômicos – regras de formação de preço, estruturas de mercado e padrões de concorrência etc. – na determinação do nível geral de preços.”

Por isso, os autores afirmam que existe a necessidade de “uma abordagem que integre os determinantes microeconômicos e macroeconômicos do nível geral de preços”. Isso porque, em suas palavras, “a literatura existente é fortemente condicionada pela visão ortodoxa sobre política monetária, seus canais de transmissão e sua interpretação acerca

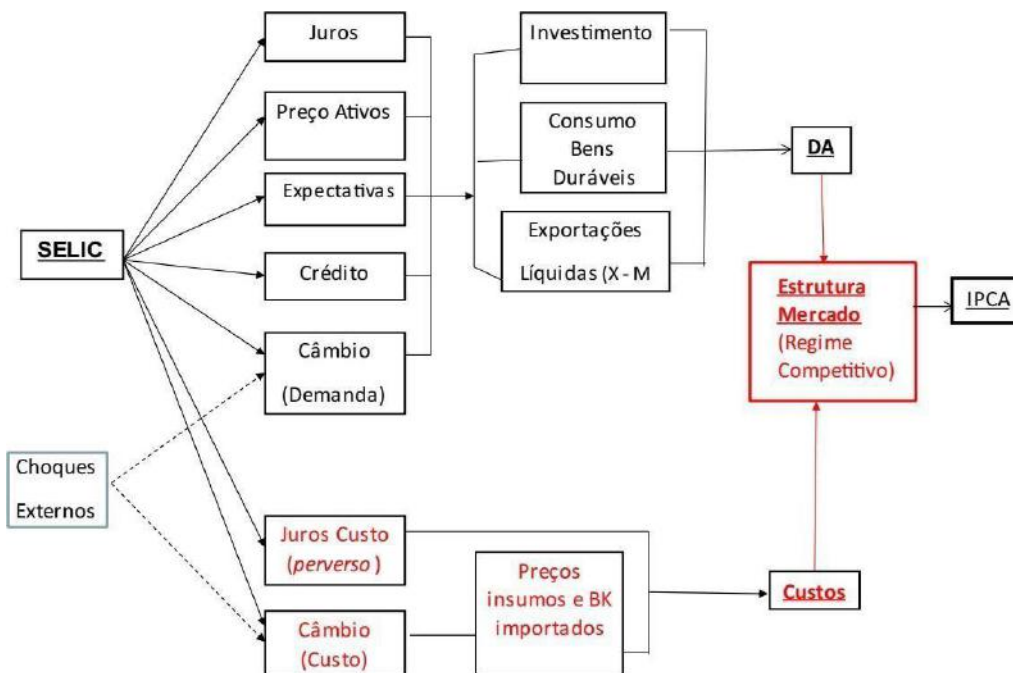
das causas da inflação.” Esse modelo, como já demonstrou esse estudo, tem como foco um tipo específico de inflação, a de demanda e ignora dois fatores de ordem microeconômica, que afetam diretamente a inflação.

O primeiro, para Modenesi e Passos (2021, no prelo), é a existência de diferentes padrões de concentração nos mercados. Pode-se citar o exemplo dos oligopólios que conferem às firmas poder de mercado. Esse consiste na capacidade de colocar o preço final acima do competitivo a fim de repassar custos adicionais e aumentar seus lucros.

O segundo fato ignorado, de acordo com os mesmos autores, é a rigidez de preço a variações na demanda. Um exemplo desse tipo de caso são os preços regulados por contrato. Tal instrumento jurídico confere rigidez na variação do preço por demandar mais tempo para alterações e reajustes.

A fim de propor um modelo alternativo, que considere os fatores citados que são ignorados no modelo ortodoxo convencional, utiliza-se uma abordagem integrada micro-macro-econômica. De acordo com a figura 3, percebe-se a inclusão de alguns canais adicionais que abarcam os dois fatores aqui listados, além da presença dos cinco canais originais de transmissão da política monetária segundo a visão ortodoxa.

Figura 3 – Abordagem micro-macro-econômica integrada dos mecanismos de transmissão



Fonte: Modenesi e Passos (2021, no prelo)

Em específico, Modenesi e Passos (2021, no prelo) propõem a introdução de dois canais: crédito-custo e câmbio-custo. O primeiro consiste na transformação em custo do aumento na taxa de juros, contribuindo para uma elevação da inflação. Segundo os autores, “trata-se de uma razão para o que a literatura chama de enigma dos preços: a evidência empírica mostra que diante de um choque (positivo) de taxa de juros a inflação inicialmente se acelera.”

Uma elevação da taxa de juros aumenta o custo financeiro de produção das firmas (juros do crédito rotativo) que – dependendo de seu poder de mercado e das condições de demanda – pode ser repassado para preços. Assim, em um primeiro momento, uma contração monetária gera um aumento de custos que se transmite mais rapidamente para os preços. Posteriormente, uma elevação dos juros desaquece a economia e, finalmente, impacta negativamente a inflação. O enigma surgiria, portanto, de um descompasso entre os efeitos da política monetária sobre os custos de produção – que são mais imediatos – e seus impactos defasados sobre a demanda agregada e, por fim, nos preços. (MODENESI E PASSOS, 2021)

O canal câmbio-custo, por fim, implica que, segundo Modenesi e Passos (2021, no prelo), “uma valorização cambial – ao tornar mais barata a importação de máquinas, equipamentos e insumos – contribui para uma redução dos custos de produção.” O repasse dos custos dependerá das condições de cada mercado, tanto as estruturais quanto as conjunturais, como as condições da demanda.

2 DINÂMICA INFLACIONÁRIA NO PERÍODO 2012-2021

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), criado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de acordo com IBGE (2013a) e Pimentel (2017), possui a finalidade de medir as variações dos preços de um conjunto de bens e serviços destinados ao consumo das famílias ao longo do tempo. Assim, tornou-se indicador principal para o monitoramento do sistema de metas de inflação do Banco Central do Brasil (BCB), desde janeiro de 1999.

Esse indicador de inflação do consumo pessoal abrange famílias com renda de 1 a 40 salários mínimos, o que representa 90% da população nas áreas de cobertura (IBGE, 2013a). A fim de se alcançar o índice nacional, é realizada a agregação dos índices regionais por faixa de renda ponderando pelos pesos de cada região do Brasil, que são estabelecidos a partir de características demográficas. Em mais detalhes, essa ponderação é construída a partir da população urbana do Estado em relação ao total da população urbana das regiões, resultando em um peso relativo, segundo IBGE (2013a).

Atualmente, a população-objetivo do IPCA abrange as famílias com rendimentos de 1 a 40 salários mínimos, qualquer que seja a fonte, residentes nas áreas urbanas das regiões de abrangência do SNIPC, as quais são: regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, além do Distrito Federal e dos municípios de Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luís e Aracaju. (IBGE, 2013b)

O IPCA, como mostra IBGE (2013a), é dividido em 9 grupos: alimentação e bebidas; habitação; artigos de residência; vestuário; transportes; saúde e cuidados pessoais; despesas pessoais; educação; e comunicação. Esses grupos, por sua vez, são compostos por itens e subitens. Nesse caso, a ponderação começa pelo nível de subitem, calculada pela razão entre a estimativa do consumo anual do subitem e a estimativa do consumo anual das famílias em cada região pesquisada. A partir disso, agrega-se os dados dos subitens, chegando aos valores dos itens e dos grupos, sucessivamente.

De acordo com Pimentel (2017), a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) possui importância fundamental para a definição da população-objetivo, montagem da cesta de produtos e serviços e a estrutura de pesos, sendo atualizada, em média, a cada 5 anos. É por meio dessa pesquisa que ocorrem as mudanças na base de cálculo do IPCA. Antes de cada análise, esse estudo discorre sobre as mudanças de pesos e outras mudanças relevantes na POF em questão que influenciarão nos resultados.

Determinados gastos realizados pelas famílias investigadas na POF se mantêm excluídos das estruturas dos IPCs, conforme requerem o conceito de consumo e a prática de coleta dos índices. É o caso do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, que se caracteriza por ser um imposto direto. (IBGE, 2011)

Segundo IBGE (2011), “para gerar as estruturas de cada região por População-Objetivo são considerados os subitens (nível mais desagregado da classificação de bens e serviços do SNIPC para o qual se atribui ponderação a partir da POF) cujas participações percentuais no total das despesas de consumo das famílias atendem às seguintes condições: participação igual ou superior a 0,07 % da despesa total; e participação inferior a 0,07% mas superior a 0,01% da despesa total, somente se necessário para que o item (nível da classificação imediatamente acima de subitem) a que pertence responda por pelo menos 70% de seu respectivo valor de despesa.”

A metodologia para a desagregação do IPCA utilizada nesse estudo seguirá a divisão proposta pelo Banco Central do Brasil (BCB), agrupando os subitens em quatro grupos: Monitorados, Industriais, Serviços e Alimentação em Domicílio. A fim de se explicar essa classificação, leva-se em conta dois critérios.

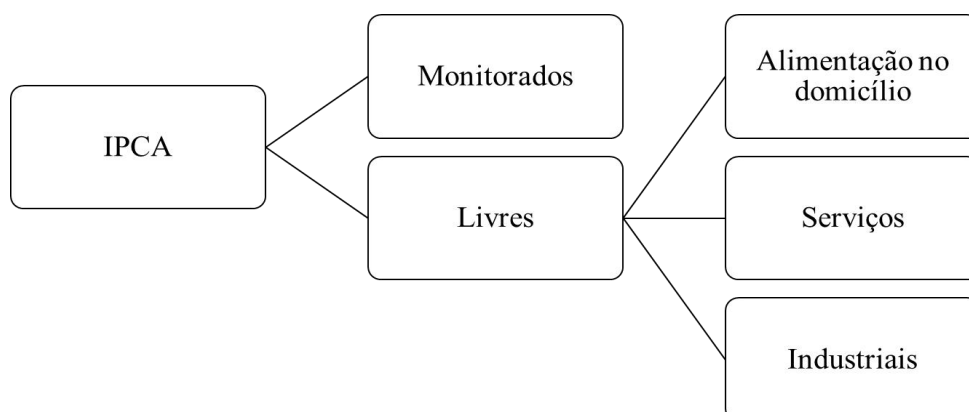
O primeiro consiste na classificação dos subitens entre Monitorados e Livres conforme a decomposição do Banco Central do Brasil (BCB) por tipo de precificação.

Entre janeiro de 2012 e dezembro de 2019, de acordo com BCB (2011), os preços considerados monitorados eram dos seguintes: taxa de água e esgoto, gás de botijão, gás encanado, energia elétrica residencial, ônibus urbano, táxi, trem, ônibus intermunicipal, ônibus interestadual, metrô, transporte hidroviário, emplacamento e licença, multa, pedágio, gasolina, óleo diesel, gás veicular, produtos farmacêuticos, plano de saúde, jogos de azar, correio, telefone fixo, telefone público.

A partir de janeiro de 2020, segundo BCB (2019), ocorreram algumas mudanças no agrupamento de preços monitorados que resultou na seguinte lista: taxa de água e esgoto, gás de botijão, gás encanado, energia elétrica residencial, ônibus urbano, táxi, trem, ônibus intermunicipal, ônibus interestadual, metrô, integração de transportes públicos, emplacamento e licença, multa, pedágio, gasolina, óleo diesel, gás veicular, produtos farmacêuticos, plano de saúde, cartório, conselho de classe, jogos de azar, correio, plano de telefonia fixa.

Por sua vez, o segundo critério realiza a classificação daqueles preços alocados em Livres, utilizando o parâmetro da natureza de cada subitem. Dessa forma, é possível a formação de três agrupamentos: Alimentação em Domicílio, Serviços e Industriais, como mostra a figura 4 abaixo.

Figura 4 – Divisão metodológica do IPCA por classificação de preços



Fonte: Elaboração própria.

Nesse sentido, a Alimentação em Domicílio corresponderá ao subgrupo do IPCA de mesmo nome, “Alimentação no Domicílio”.

Além disso, os Serviços, formulada por BCB (2011), abarcará todos aqueles serviços cujos preços não são monitorados. Incluem-se neste agrupamento os seguintes serviços, de janeiro de 2012 a dezembro de 2019: alimentação fora do domicílio; aluguel residencial; condomínio; mudança; mão de obra para reparos domésticos; consertos e manutenção; passagem aérea; transporte escolar; seguro voluntário de veículo; conserto de automóvel; estacionamento; lubrificação e lavagem de veículo; pintura de veículo; aluguel de veículo; médico; dentista; fisioterapeuta; psicólogo; serviços laboratoriais e hospitalares; serviços pessoais; cinema; ingresso para jogo; clube; tratamento de animais; locação de DVD; boate e danceteria; motel; hotel; excursão; revelação e cópia; cursos regulares; fotocópia; cursos diversos; telefone celular; acesso à internet; telefone com internet e tv por assinatura com internet.

A partir de janeiro de 2020, de acordo com BCB (2019), são enquadrados na série “Serviços” os seguintes subitens: alimentação fora do domicílio; aluguel residencial; condomínio; mudança; mão de obra para reparos domésticos; consertos e manutenção; passagem aérea; transporte escolar; transporte por aplicativo; seguro voluntário de veículo; conserto de automóvel; estacionamento; pintura de veículo; aluguel de veículo; médico; dentista; fisioterapeuta; psicólogo; serviços laboratoriais e hospitalares; serviços pessoais (exceto cartório e conselho de classe); clube; tratamento de animais; casa noturna; hospedagem; pacote turístico; serviço de higiene para animais; cinema, teatro e concertos; cursos regulares; cursos diversos; plano de telefonia móvel; TV por assinatura; acesso à internet; serviços de streaming; combo de telefone, internet e TV por assinatura.

Os subitens restantes foram enquadrados como Industriais. Segundo BCB (2019), o índice de preços industriais é composto pelos subitens classificados como bens duráveis, semiduráveis e não-duráveis, a exceção daqueles pertencentes ao subgrupo alimentação no domicílio. O cálculo é realizado pela exclusão dos outros segmentos – Monitorados, Serviços e Alimentação em Domicílio – do IPCA agregado.

O período compreendido pelo estudo será de janeiro de 2012 a dezembro de 2021, totalizando 120 meses, ou 10 anos. Essa escolha se deu por conta da disponibilidade dos dados e pelo foco do trabalho em analisar a dinâmica inflacionária recente. Além disso, a série começa em janeiro de 2012, e não em um período anterior, para evitar distorções provocadas pelas mudanças nas estruturas de ponderação do IPCA. Por exemplo, uma das mais relevantes mudanças que se pode citar foi a inclusão do item

“Alimentação fora do domicílio” em serviços, afetando de forma significativa a estrutura de pesos de acordo com as séries escolhidas. Por esses motivos, foi escolhida essa fração da série do IPCA recente que possui poucas mudanças nas estruturas de ponderação, garantindo uma análise descritiva que possa comparar, com o mínimo de distorção, a evolução das séries ao longo do tempo.

2.1 ESTRUTURA DO IPCA DE 2012 A 2021

O IBGE realiza de forma rotineira revisões na estrutura do IPCA. Isso é realizado com base nas mudanças, identificadas na Pesquisa de Orçamentos Familiares, no comportamento do consumo pessoal das famílias brasileiras. Durante o período compreendido nesse trabalho, ocorreu apenas uma mudança nas bases de cálculo e nos pesos do IPCA. Portanto, as duas POFs relevantes para esse estudo são a de 2008-2009, que influenciou o período de janeiro de 2012 até dezembro de 2019, e a de 2017-2018, que determina, para a nossa análise, os parâmetros de janeiro de 2020 até dezembro de 2021.

O cálculo do índice nacional do IPCA é realizado a partir da agregação dos índices regionais pela aplicação da média aritmética ponderada dos resultados dos municípios e regiões metropolitanas pesquisados, segundo BCB (2011) e IBGE (2019a). Dessa forma, segundo IBGE (2019a), o peso de cada uma das localizações listadas, aplicado às suas respectivas estruturas de ponderação para cada População-Objetivo, resulta na estrutura nacional de pesos. No caso do IPCA, a variável para o estabelecimento dos parâmetros regionais é a renda familiar monetária disponível, que apresentou os comportamentos a seguir nas duas Pesquisas de Orçamentos Familiares bases para esse estudo.

Nesse sentido, a tabela 1 reflete a evolução da renda das famílias entre as diferentes regiões. A partir de sua análise, destaca-se o aumento da participação na renda nacional da região metropolitana de São Paulo, constando um acréscimo de 1,65 ponto percentual. Além disso, Brasília e Goiânia também apresentam crescimentos significativos de 1,29 p.p. e 0,57 p.p., respectivamente.

Tabela 1 – Estrutura de ponderação regional nas POFs 2008-2009 e 2017-2018

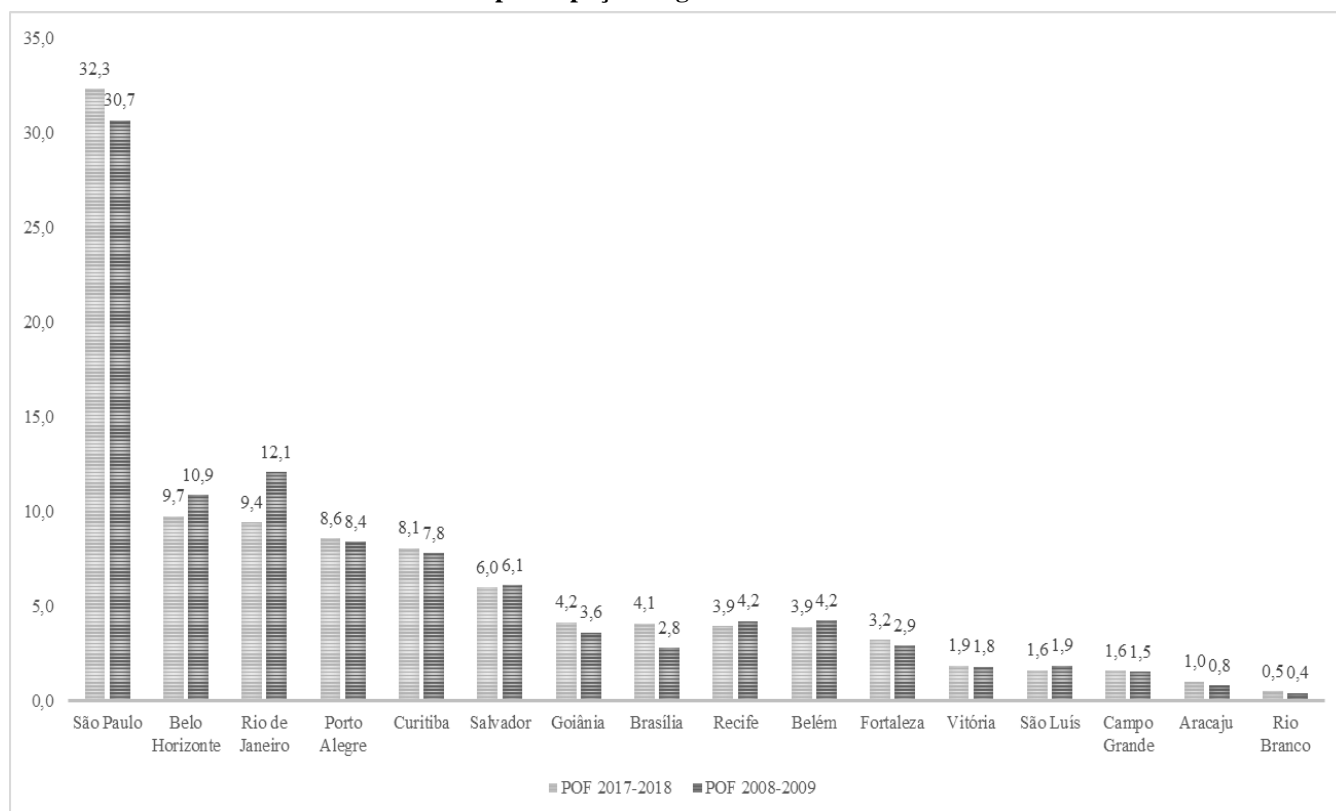
Município ou Região Metropolitana (RM)	POF 2008-2009	POF 2017-2018	Diferença (p.p)
Brasil	100,00	100,00	0,00
Rio de Janeiro	12,06	9,41	-2,65
Porto Alegre	8,40	8,59	0,19
Belo Horizonte	10,86	9,74	-1,12
Recife	4,20	3,93	-0,27
São Paulo	30,67	32,32	1,65
Brasília	2,80	4,09	1,29
Belém	4,23	3,91	-0,32
Fortaleza	2,91	3,22	0,31
Salvador	6,12	5,99	-0,13
Curitiba	7,79	8,05	0,26
Goiânia	3,59	4,16	0,57
Vitória	1,78	1,86	0,08
Campo Grande	1,51	1,58	0,07
Rio Branco	0,42	0,51	0,09
São Luís	1,87	1,62	-0,25
Aracaju	0,79	1,02	0,23

Fonte: BCB (2011) e BCB (2019)

Dentre as quedas de participação, destaca-se a região metropolitana do Rio de Janeiro, que diminuiu 2,65 pontos percentuais. Com isso, essa região deixou de ter o segundo maior peso, ocupando, por fim, a terceira posição, como é possível conferir no gráfico 1. Outra localidade que teve uma diminuição considerável é Belo Horizonte, que perdeu 1,12 p.p. de peso na composição nacional de ponderação.

O restante dos estados mostrou pequenas mudanças nos pesos. Contudo, a maior parte deles demonstrou uma variação positiva em pontos percentuais. O somatório das variações desse grupo foi de 0,26 p.p..

“Com as mudanças no padrão de consumo, o IPCA passará a ser composto por 377 subitens (POF 2017-2018), ante os atuais 383 (POF 2008-2009), resultado da inclusão de 58 subitens e da exclusão de 64. Não houve mudança no nível de grupos. Mesmo no nível inferior, apenas o subgrupo 72, antes referido como ‘Recreação, fumo e fotografia’, foi renomeado para ‘Recreação e fumo’, devido à supressão do item ‘Fotografia e filmagem’.” (BCB, 2019)

Gráfico 1 - Gráfico das participações regionais nas POFs 2008-2009 e 2017-2018

Fonte: BCB (2011) e BCB (2019)

A tabela 2 apresenta os pesos correspondentes, de acordo com as POFs 2008-2009 e 2017-2018, para as séries escolhidas por esse estudo, que foram confeccionadas pelo Banco Central. A fim de se calcular e montar essa tabela, foram utilizadas as estruturas de ponderação do IPCA nacional em janeiro de 2009 e em dezembro de 2019, ambas presentes em BCB (2011) e BCB (2019), respectivamente. A partir dos valores apresentados nesses anexos, esse estudo agrupou os subitens de acordo com as classificações realizadas em BCB (2019) e BCB (2011).

Tabela 2 - Tabela dos pesos das séries a partir das POFs 2008-2009 e 2017-2018

Séries	POF 2008-2009	POF 2017-2018	Diferença (p.p.)
Alimentação no domicílio	15,02%	13,48%	-1,54%
Industriais	28,69%	23,25%	-5,44%
Monitorados	25,08%	26,14%	1,05%
Serviços	31,20%	37,13%	5,93%

Fonte: BCB (2011) e BCB (2019)

Segundo essa tabela de pesos, as séries “Alimentação no domicílio” e “Industriais” apresentaram uma variação entre as duas estruturas de ponderação, de -1,54 p.p. e -5,44 p.p., respectivamente. Enquanto isso, as outras duas séries, “Monitorados” e

“Serviços”, que apresentaram aumento nos pesos no IPCA total de 1,05 p.p. e 5,93 p.p., respectivamente. Como consequência dessas variações, o agrupamento chamado de “Industriais” deixou de ter o segundo maior peso dentre as séries, perdendo o lugar para “Monitorados”. Essas mudanças nos pesos entre as duas POFs se deram por conta de algumas modificações realizadas na composição de subitens, itens e grupos que compõem o cálculo do IPCA.

Tabela 3 - Tabela de desagregação por itens de “Alimentação no domicílio”

Componentes de "Alimentação no Domicílio"	POF 2008-2009	POF 2017-2018	Diferença (p.p.)
Carnes	2,4453	2,6656	0,2203
Leite e derivados	1,8437	1,5718	-0,2719
Panificados	1,8587	1,5646	-0,2941
Bebidas e infusões	1,6521	1,5626	-0,0895
Aves e ovos	1,0680	1,1254	0,0574
Frutas	0,8093	0,8482	0,0389
Cereais, leguminosas e oleaginosas	1,0944	0,6926	-0,4018
Carnes e peixes industrializados	0,7624	0,6244	-0,1380
Açúcares e derivados	0,7531	0,6190	-0,1341
Tubérculos, raízes e legumes	0,6140	0,5281	-0,0859
Farinhas, féculas e massas	0,6558	0,4494	-0,2064
Sal e condimentos	0,3640	0,3579	-0,0061
Óleos e gorduras	0,5003	0,3289	-0,1714
Pescados	0,2577	0,2175	-0,0402
Hortaliças e verduras	0,1753	0,1810	0,0057
Enlatados e conservas	0,1701	0,1442	-0,0259

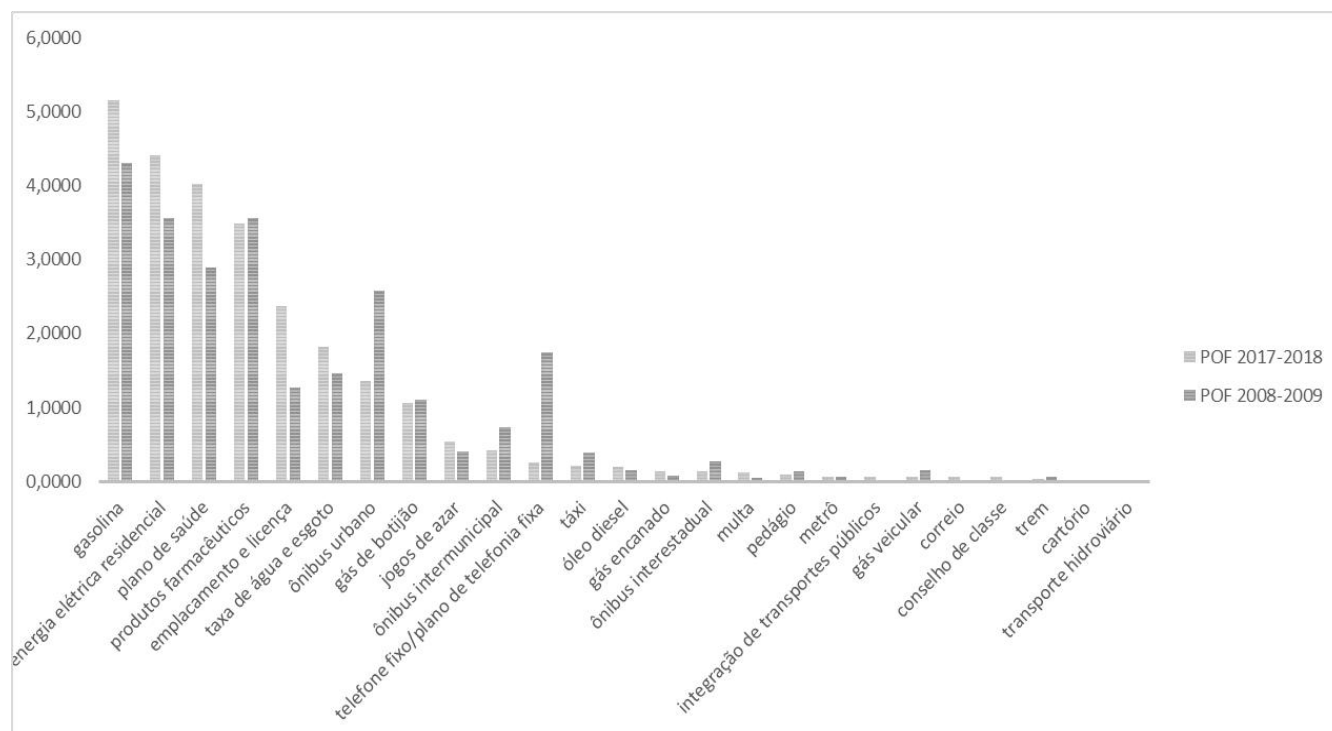
Fonte: BCB (2011) e BCB (2019)

Dentre as modificações promovidas pela POF 2017-2018 em relação à de 2008-2009, a série “Alimentação no domicílio” teve a inclusão de 23 subitens e a exclusão de 16 subitens, além da modificação de 2 subitens, “Chá” e “Peixe”. Essas figuras enumeram, respectivamente, os subitens incluídos e os excluídos a partir de janeiro de 2020.

Além disso, desagregando a Alimentação no domicílio em itens, conforme a tabela 3 mostra, identifica-se que os itens “Carnes”, “Leite e derivados”, “Panificados” e “Bebidas e infusões” apresentam os maiores pesos nessa série nas duas POFs utilizadas nesse estudo. Entretanto, com exceção de “Carnes” que aumentou seu peso em 0,22 p.p. de uma POF para outra, todos os outros 3 itens apresentaram variações negativas em seus pesos. Os subitens responsáveis por tornarem “Carnes” uma exceção são a “Carne de porco” e o “Contrafilé”, que aumentaram seus pesos em 0,1046 p.p. e 0,1256 p.p., respectivamente. Enquanto isso, o estudo identificou variações negativas significativas

em “Cereais, leguminosas e oleaginosas”, em “Panificados” e em “Leite e derivados”, que apresentaram, respectivamente, -0,4018 p.p., -0,2941 p.p. e -0,2719 p.p..

Gráfico 2 - Componentes da série “Monitorados”



Fonte: BCB (2011) e BCB (2019)

Por sua vez, a série “Monitorados” teve a inclusão de 4 subitens: “Integração transporte público”, “Antidiabético” (Produtos farmacêuticos), “Neurológico” (Produtos farmacêuticos), “Cartório” e “Conselho de Classe”. Esse último integrava anteriormente a série “Serviços”. Todavia, a mesma série contou com duas exclusões, “Transporte hidroviário” e “Telefone Público”. Por fim, teve uma mudança de nomenclatura em subitem de código 9101002, de “Telefone fino” para “Plano de telefonia fixa”.

Nos preços Monitorados, destacam-se pelo peso, de acordo com o gráfico 2, os subitens “Gasolina”, “Energia elétrica residencial”, “Plano de saúde”, “Produtos farmacêuticos”, “Emplacamento e licença”, “Taxa de água e esgoto”, “Ônibus urbano” e “Gás de botijão”. Desse grupo, o “Plano de saúde” e o “Emplacamento e licença” tiveram as maiores variações positivas, totalizando 1,1267 p.p. e 1,0956 p.p., respectivamente.

Tabela 4 - Tabela dos pesos componentes da série “Monitorados”

Componentes de "Monitorados"	POF 2008-2009	POF 2017-2018	Diferença (p.p.)
gasolina	4,2988	5,1496	0,8508

energia elétrica residencial	3,5580	4,4083	0,8503
plano de saúde	2,8978	4,0245	1,1267
produtos farmacêuticos	3,5561	3,4802	-0,0759
emplacamento e licença	1,2704	2,3660	1,0956
taxa de água e esgoto	1,4564	1,8205	0,3641
ônibus urbano	2,5773	1,3527	-1,2246
gás de botijão	1,0995	1,0653	-0,0342
jogos de azar	0,4096	0,5335	0,1239
ônibus intermunicipal	0,7258	0,4226	-0,3032
telefone fixo/plano de telefonia fixa	1,7423	0,2592	-1,4831
táxi	0,3859	0,2042	-0,1817
óleo diesel	0,1591	0,1997	0,0406
gás encanado	0,0773	0,1342	0,0569
ônibus interestadual	0,2677	0,1297	-0,1380
multa	0,0437	0,1202	0,0765
pedágio	0,1370	0,0949	-0,0421
metrô	0,0682	0,0686	0,0004
gás veicular	0,1459	0,0621	-0,0838
correio	0,0123	0,0582	0,0459
trem	0,0601	0,0379	-0,0222
telefone público	0,1266	-	-
transporte hidroviário	0,0086	-	-
integração de transportes públicos	-	0,0664	-
conselho de classe	-	0,0563	-
cartório	-	0,0218	-

Fonte: BCB (2011) e BCB (2019)

Além deles, apresentaram aumentos significativos nos pesos, de acordo com a tabela 4, a “Gasolina”, com uma variação de 0,8508 p.p., a “Energia elétrica residencial”, apresentando uma diferença de 0,8503 p.p.. Na POF 2017-2018, o subitem “Plano de saúde” assumiu a terceira posição dos pesos nos preços monitorados, como mostra o gráfico 2, e o “Emplacamento e licença” se estabeleceu como o quinto maior peso dessa série.

Tabela 5 - Tabela dos pesos dos componentes da série “Serviços”

Componentes de "Serviços"	POF 2008-2009	POF 2017-2018	Diferença (p.p.)
alimentação fora do domicílio	7,0586	5,8671	-1,1915
cursos regulares	2,6122	4,6172	2,0050
aluguel residencial	3,3734	3,7846	0,4112
empregada doméstica	3,0331	3,1210	0,0879
condomínio	1,5385	2,3058	0,7673
serviço bancário	0,7362	1,8249	1,0887
conserto de automóvel	1,5680	1,7045	0,1365
telefone celular/plano de telefonia móvel	1,5904	1,6438	0,0534
cursos diversos	0,6699	0,8417	0,1718
seguro voluntário de veículo	0,3982	0,8315	0,4333
passagem aérea	0,3170	0,6943	0,3773
mão de obra para reparos domésticos	1,1973	0,6754	-0,5219
serviços laboratoriais e hospitalares	0,5466	0,6262	0,0796
hotel/hospedagem	0,3243	0,5801	0,2558
médico	0,3726	0,5615	0,1889
acesso à internet	0,3578	0,5533	0,1955
dentista	0,3994	0,5250	0,1256
excursão/pacote turístico	0,4273	0,4737	0,0464
manicure	0,3533	0,3972	0,0439
consertos e manutenção	0,3537	0,3146	-0,0391
tratamento de animais	0,1723	0,3006	0,1283
transporte escolar	0,0891	0,1357	0,0466
despachante	0,0826	0,0966	0,0140
clube	0,1360	0,0800	-0,0560
estacionamento	0,0798	0,0680	-0,0118
depilação	0,0104	0,0597	0,0493
psicólogo	0,0720	0,0478	-0,0242
boate e danceteria/casa noturna	0,2854	0,0440	-0,2414
aluguel de veículo	0,0082	0,0204	0,0122
pintura de veículo	0,0498	0,0146	-0,0352
costureira	0,0402	0,0132	-0,0270
mudança	0,0131	0,0016	-0,0115
fisioterapeuta	0,0500	0,0004	-0,0496
transporte por aplicativo	-	0,2177	-
lubrificação e lavagem de veículo	0,0332	-	-
aparelho ortodôntico	-	0,019	-
cabeleireiro	1,1237	-	-
cabeleireiro e barbeiro	-	1,0848	-
conselho de classe	0,0133	-	-
sobrancelha	-	0,1119	-
cinema	0,1720	-	-
cinema, teatro e concertos	-	0,5464	-
ingresso para jogo	0,0124	-	-
locação de DVD	0,1400	-	-
motel	0,0042	-	-
revelação e cópia	0,0243	-	-
fotocópia	0,0281	-	-
tv por assinatura	-	0,4076	-
telefone com internet	0,9339	-	-
tv por assinatura com internet	0,4010	-	-
combó de telefonia, internet e tv por assinatura	-	1,7024	-
serviços de streaming	-	0,0707	-
serviço de higiene para animais	-	0,1451	-

Fonte: BCB (2011) e BCB (2019)

Em “Serviços”, ocorreram 15 inclusões e 10 exclusões de subitens na série, além disso ocorreram duas mudanças de classificação que envolveram essa série de acordo com BCB (2019). A primeira já relatada neste trabalho é o entendimento do subitem “Conselho de Classe” como preço monitorado, deixando o agrupamento de serviços.

A segunda trata-se da inclusão do subitem “Aparelho ortodôntico”, que antes pertencia ao agrupamento de bens industriais, em “Serviços”. Também, houve 3 mudanças de nomenclaturas de subitens nessa série, no código 9101008 de “Telefone

celular” para “Plano de telefonia móvel”, “Hotel” para “Hospedagem” e no código 7201090 de “Excursão” para “Pacote turístico”, também relatadas em BCB (2019).

Os componentes com maiores pesos em “Serviços” na estrutura da POF 2008-2009 são “Alimentação fora do domicílio”, “Cursos regulares”, “Aluguel residencial”, “Empregado doméstico”, “Condomínio”, “Conserto de automóvel” e “Plano de telefonia móvel”. Essa lista continuou com a mesma relevância na POF 2017-2018, mas “Serviço bancário” e “Combo de telefonia, internet e tv por assinatura” se juntaram aos maiores pesos.

Em relação às modificações entre uma série e outra, se destacam, dentre as variações positivas, “Cursos regulares”, com 2,0050 p.p. de mudança, “Serviço bancário”, que teve um acréscimo de 1,0887 p.p., e “Condomínio”, com um aumento de 0,7673 p.p.. Por outro lado, as maiores variações negativas foram com “Alimentação fora do domicílio”, “Mão de obra para reparos domésticos” e “Casa noturna”, com -1,1915 p.p., -0,5219 p.p. e -0,2414 p.p., respectivamente.

No caso da série de preços de bens industriais, existe uma maior estabilidade ao longo do tempo correspondente às duas POFs tratadas. Tanto na estrutura de ponderação de 2008-2009, quanto na de 2017-2018, como demonstra a tabela 6, os mesmos quatro componentes lideram com os maiores pesos, são eles: “Higiene pessoal”, “Roupas”, “Automóvel novo” e “Automóvel usado”.

Contudo, o único que não apresentou uma variação negativa de um período para o outro foi “Higiene pessoal”, apresentando um aumento de 1,1096 p.p.. Em sentido contrário, todos os outros três, “Roupas”, “Automóvel novo” e “Automóvel usado”, apresentaram variações negativas nos seus pesos correspondendo a -0,9544 p.p., -1,4404 p.p. e -0,3884p.p., respectivamente.

Tabela 6 - Tabela dos pesos dos componentes da série “Industriais”

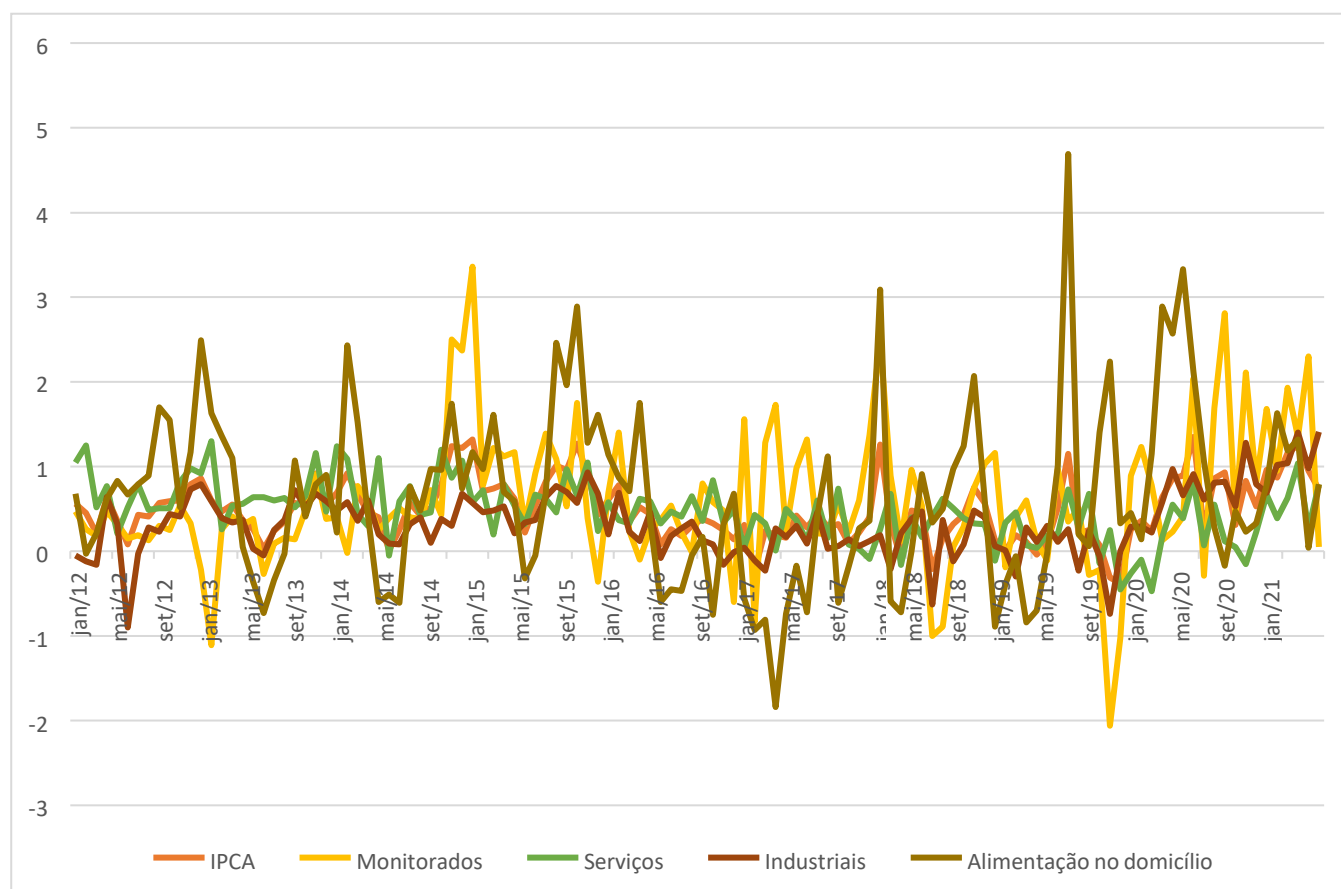
Componentes de "Industriais"	POF 2008-2009	POF 2017-2018	Diferença (p.p.)
Higiene Pessoal	2,8298	3,9394	1,1096
Roupas	4,0793	3,1249	-0,9544
Automóvel novo	4,4020	2,9616	-1,4404
Automóvel usado	2,2965	1,9081	-0,3884
Calçados e acessórios	1,7781	1,1974	-0,5807
Mobiliário	1,4474	1,1251	-0,3223
Aparelho Telefônico	0,4098	1,0192	0,6094
TV, som e informática	1,4543	0,7549	-0,6994
Artigos de limpeza	0,8678	0,7428	-0,1250
Etanol	0,8170	0,6715	-0,1455
Reparos (exceto mão de obra)	1,0876	0,6499	-0,4377
Motocicleta	0,9601	0,5928	-0,3673
Cigarro	0,6399	0,5460	-0,0939
Leitura	0,5787	0,5449	-0,0338
Alimento para animais	0,2713	0,3443	0,0730
Refrigerador	0,5725	0,3436	-0,2289
Produtos óticos	0,3022	0,3094	0,0072
Máquina de lavar roupa	0,3177	0,2472	-0,0705
Brinquedo	0,4525	0,2294	-0,2231
Joias e bijuterias	0,2811	0,1996	-0,0815
Pneu	0,2552	0,1982	-0,0570
Cama, mesa e banho	0,3471	0,1904	-0,1567
Acessórios e peças (Veículos)	0,4216	0,1775	-0,2441
Fogão	0,2694	0,1682	-0,1012
Utensílios de metal	0,0905	0,1617	0,0712
Óleo lubrificante	0,1087	0,1271	0,0184
Ar-condicionado	0,0440	0,1031	0,0591
Bicicleta	0,1063	0,0959	-0,0104
Cortina	0,0762	0,0912	0,0150
Artigos de papelaria	0,1629	0,0903	-0,0726
Artigos de iluminação	-	0,0826	-
Tapete	0,0739	0,0624	-0,0115
Tecidos e amarrinhos	0,0903	0,0551	-0,0352
Caderno	0,1294	0,0544	-0,0750
Utensílios de vidro e louça	0,0561	0,0504	-0,0057
Ventilador	0,0281	0,0194	-0,0087
Instrumento musical	0,0513	0,0167	-0,0346
Utensílios para bebê	-	0,0160	-
Material de caça e pesca	-	0,0100	-
Utensílios de plástico	0,0414	0,0095	-0,0319
Chuveiro elétrico	0,0284	0,0069	-0,0215
Carvão vegetal	0,0064	0,0060	-0,0004
Flores naturais	0,0191	0,0056	-0,0135
Aparelho ortodôntico	0,0499	-	-
Artigos ortopédicos	0,0032	-	-

Fonte: BCB (2011) e BCB (2019)

2.2 TRAJETÓRIA DO IPCA DE 2012 A 2021

O gráfico 3 abaixo mostra o comportamento das séries temporais de inflação elaboradas pelo Banco Central e escolhidas por esse trabalho, no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2021, são elas: IPCA (índice geral), Monitorados, Serviços, Industriais e Alimentação no domicílio.

Gráfico 3 - IPCA acumulado em 12 meses – índice geral e séries do BCB



Fonte: Dados das séries temporais disponibilizadas pelo BCB, elaboração própria

Conforme o gráfico anterior, as séries que apresentam maior volatilidade, ao longo do período compreendido pelo gráfico, são a dos preços monitorados e dos preços de Alimentação no domicílio. Ambas as séries são responsáveis pelos maiores picos e depressões no período estudado, reservadas algumas exceções pontuais.

Enquanto isso, as séries de Serviços e Industriais demonstram uma volatilidade menor e um comportamento mais rígido. Ambas as trajetórias das séries evoluem próximas da apresentada pelo índice geral, salvo em alguns momentos pontuais.

Em preços monitorados, percebe-se três grandes picos: em janeiro de 2015, que foi 2,5%; em março de 2015, 3,36%; e em março de 2021, 2,81%. No caso de Alimentação no domicílio destacam-se: janeiro de 2013 (2,49%); março de 2014 (2,43%); novembro de 2015 (2,46%); janeiro de 2016 (2,89%); junho de 2018 (3,09%); março de 2019 (2,07%); dezembro de 2019 (4,69%); abril de 2020 (2,24%); setembro de 2020 (2,89%); e novembro de 2020 (3,33%).

Em sentido contrário, destacam-se duas depressões analisando o gráfico 3: alimentação em domicílio em agosto de 2017, apresentando -1,84%; e monitorados em abril de 2020, com -2,06%. O primeiro caso decorre de uma supersafra que contribui para

a diminuição de preços dos alimentos. Já o segundo caso é resultado de um desconto realizado nas contas de luz para compensar cobranças anteriores indevidas.

Tabela 7 - Taxas anuais de inflação por série

Data	IPCA	Monitorados	Serviços	Industriais	Alimentação no domicílio
2012	5,84%	3,65%	8,75%	1,79%	10,02%
2013	5,91%	1,54%	8,75%	5,11%	7,65%
2014	6,41%	5,32%	8,33%	4,26%	7,11%
2015	10,67%	18,07%	8,09%	6,22%	12,92%
2016	6,29%	5,50%	6,48%	4,69%	9,36%
2017	2,95%	7,99%	4,53%	1,03%	-4,86%
2018	3,75%	6,18%	3,35%	1,19%	4,52%
2019	4,31%	5,54%	3,52%	1,68%	7,82%
2020	4,52%	2,61%	1,73%	3,16%	18,16%
2021	10,06%	16,90%	4,75%	11,99%	8,23%
Média Geométrica	5,63%	5,70%	5,21%	3,13%	n/d
Média Aritmética	6,07%	7,33%	5,83%	4,11%	8,09%

Fonte: Dados das séries temporais disponibilizadas pelo BCB, elaboração própria

Legenda: Escala de cores por ano - quanto mais vermelha, maior é a taxa em relação às outras no ano; quanto mais verde, menor é a taxa em relação às outras

Nos anos de 2012, 2013 e 2014 a inflação foi impulsionada pelos segmentos que apresentaram as maiores taxas anuais, Serviços e Alimentação no domicílio, conforme mostra a Tabela 7. Ao mesmo tempo, os preços monitorados e industriais ficaram com taxas inferiores ao do índice geral, apresentando pouca variação nos valores das inflações anuais no período.

Em 2015, todos os segmentos apresentaram altas taxas. Contudo, destacam-se nesse ano os preços monitorados, apresentando 18,07%, e os de alimentação no domicílio, com 12,92%. A inflação de serviços manteve-se em um patamar alto, similar aos anos anteriores. Também, os preços industriais apresentaram a segunda maior variação no período compreendido pelo estudo, 6,22%, embora esse valor ainda seja inferior ao índice geral no ano de 2015.

O cenário de inflação alta mudou em 2016, os preços monitorados, os de serviços e os de bens industriais perderam força nesse ano, diminuindo em relação ao ano anterior. Todavia, a série de Alimentação no domicílio foi a que apresentou a maior taxa, 9,36%, sendo o ponto crítico desse ano.

Nos anos de 2017 e 2018, as disposições das séries são similares. Em ambos os anos, o IPCA geral apresenta taxas menores em relação aos anos anteriores. Esse resultado é em parte explicado pelas baixas nos preços de serviços, de bens industriais e de alimentação no domicílio. Entretanto, nos dois anos, os preços monitorados apresentaram as maiores taxas dentre as séries, 7,99% em 2017 e 6,18% em 2018.

O IPCA geral continua baixo nos anos de 2019 e 2020, em relação ao restante da série, porém o ponto de pressão nesses anos é diferente do apresentado em 2017 e 2018. A série responsável pela maior pressão no índice geral é a de Alimentação no domicílio, porque apresentou nesses anos as maiores taxas, 7,82% em 2019 e 18,16% em 2020.

Por fim, o ano de 2021 é parecido com o de 2015, porque apresenta altas taxas em quase todas as séries, com exceção do setor de serviços. Os preços monitorados e os industriais apresentaram taxas superiores ao índice geral, sendo elas 16,90% e 11,99%, respectivamente.

A partir das médias geométrica e aritmética, presentes na Tabela 7, pode-se afirmar que as séries que mais apresentaram influência no IPCA geral foram a série de Monitorados e a de Alimentação no domicílio. Isso porque apresentam as maiores médias e os valores dessas médias são superiores aos das médias do índice geral. Além disso, torna-se objeto de curiosidade que, relacionando com o gráfico 3 e ao que já foi discutido neste trabalho, são as mesmas séries que apresentam os maiores picos mensais ao longo de todo o período.

As tabelas a seguir apresentarão a contribuição dos preços dos segmentos estudados para o índice geral e o quanto isso representa percentualmente no IPCA daquele ano. A contribuição é o quanto o segmento acrescentou em pontos percentuais no índice geral naquele ano. A fim de calcular esse indicador, esse trabalho multiplicou a inflação anual do segmento pelo seu peso naquele ano, conforme a tabela 2. A participação no IPCA anual é o quanto a contribuição representou em porcentagem no índice geral anual. Logo, é calculada dividindo a contribuição do segmento no ano pela inflação geral no ano.

Tabela 8 - Contribuição e participação dos preços monitorados no IPCA por ano

Data	IPCA	Monitorados	Contribuição no IPCA	Participação no IPCA
2012	5,84%	3,65%	0,9%	15,7%
2013	5,91%	1,54%	0,4%	6,5%

2014	6,41%	5,32%	1,3%	20,8%
2015	10,67%	18,07%	4,5%	42,5%
2016	6,29%	5,50%	1,4%	21,9%
2017	2,95%	7,99%	2,0%	68,0%
2018	3,75%	6,18%	1,6%	41,3%
2019	4,31%	5,54%	1,4%	32,3%
2020	4,52%	2,61%	0,7%	15,1%
2021	10,06%	16,90%	4,4%	43,9%

Fonte: Dados das séries temporais disponibilizadas pelo BCB, elaboração própria

Legenda: Quanto mais vermelha, maior é a taxa em relação às outras; quanto mais verde, menor é a taxa.

A tabela 8 demonstra que além de ter peso em torno de um quarto no cálculo do IPCA, segundo a tabela 2, os preços monitorados apresentam participações importantes no resultado anual do IPCA. Por exemplo, nos dois maiores picos do IPCA no período, 10,67% e 10,06%, o segmento de monitorados foi responsável por, respectivamente, 42,5% e 43,9% do índice nesses anos. Além disso, destacam-se também as participações nos anos de 2017 e 2018 em que a inflação de monitorados representou 68% e 41,3%, respectivamente, naquele período.

Tabela 9 - Contribuição e participação dos preços de serviços no IPCA por ano

Data	IPCA	Serviços	Contribuição no IPCA	Participação no IPCA
2012	5,84%	8,75%	2,73%	46,75%
2013	5,91%	8,75%	2,73%	46,19%
2014	6,41%	8,33%	2,60%	40,55%
2015	10,67%	8,09%	2,52%	23,66%
2016	6,29%	6,48%	2,02%	32,15%
2017	2,95%	4,53%	1,41%	47,89%
2018	3,75%	3,35%	1,04%	27,83%
2019	4,31%	3,52%	1,10%	25,50%
2020	4,52%	1,73%	0,64%	14,24%
2021	10,06%	4,75%	1,77%	17,55%

Fonte: Dados das séries temporais disponibilizadas pelo BCB, elaboração própria

Legenda: Quanto mais vermelha, maior é a taxa em relação às outras; quanto mais verde, menor é a taxa.

No caso da inflação de serviços, observada na tabela 9, percebe-se que as maiores participações estão presentes nos anos iniciais do período escolhido. Após isso, os preços de serviços voltaram a incidir acima de 40% no ano de 2017, cujo IPCA foi de 2,95%. Nos dois picos do índice geral, em 2015 e 2021, a inflação de serviços apresentou

participações próximas a um quinto do geral, 23,66% e 17,55%, respectivamente. Esse comportamento é parecido com o das inflações de bens industriais e de alimentação no domicílio para esses anos de pico.

Tabela 10 - Contribuição e participação dos preços de bens industriais no IPCA por ano

Data	IPCA	Industriais	Contribuição no IPCA	Participação no IPCA
2012	5,84%	1,79%	0,51%	8,79%
2013	5,91%	5,11%	1,47%	24,81%
2014	6,41%	4,26%	1,22%	19,07%
2015	10,67%	6,22%	1,78%	16,72%
2016	6,29%	4,69%	1,35%	21,41%
2017	2,95%	1,03%	0,30%	10,04%
2018	3,75%	1,19%	0,34%	9,12%
2019	4,31%	1,68%	0,48%	11,18%
2020	4,52%	3,16%	0,74%	16,26%
2021	10,06%	11,99%	2,79%	27,70%

Fonte: Dados das séries temporais disponibilizadas pelo BCB, elaboração própria

Legenda: Quanto mais vermelha, maior é a taxa em relação às outras; quanto mais verde, menor é a taxa.

Os bens industriais apresentaram três momentos de participação no IPCA durante o período estudado. O primeiro consiste tanto em baixas taxas de inflação de bens industriais quanto em pouca participação no IPCA geral, caracterizando-se pelos anos de 2012, 2017, 2018 e 2019. O segundo tipo culminou em taxas maiores da inflação da série em questão, com participações entre 16% e 25% no índice geral. Por fim, o terceiro momento consiste no pico ocorrido no ano 2021 em que a inflação anual dos bens industriais foi de 11,99%, sendo 27,7% da inflação naquele ano. No próximo capítulo, esse trabalho investigará com mais detalhes essa situação atípica.

Tabela 11 - Contribuição e participação dos preços de alimentos consumidos em domicílio no IPCA por ano

Data	IPCA	Alimentação no domicílio	Contribuição no IPCA	Participação no IPCA
2012	5,84%	10,02%	1,51%	25,77%
2013	5,91%	7,65%	1,15%	19,44%
2014	6,41%	7,11%	1,07%	16,66%
2015	10,67%	12,92%	1,94%	18,19%
2016	6,29%	9,36%	1,41%	22,35%

2017	2,95%	-4,86%	-0,73%	n/a
2018	3,75%	4,52%	0,68%	18,12%
2019	4,31%	7,82%	1,18%	27,26%
2020	4,52%	18,16%	2,45%	54,16%
2021	10,06%	8,23%	1,11%	11,03%

Fonte: Dados das séries temporais disponibilizadas pelo BCB, elaboração própria

Legenda: Quanto mais vermelha, maior é a taxa em relação às outras; quanto mais verde, menor é a taxa.

Destaca-se na tabela 11, observando a inflação da alimentação no domicílio, o ano de 2020, apresentando uma taxa de 18,16%, participando de 54,16% do IPCA naquele ano. Diferentemente desse ano, os outros anos, com exceção de 2017, apresentam um mesmo padrão, participando entre 11% e 26%. O ano 2017 se diferencia do padrão por apresentar uma deflação nos preços de alimentos consumidos em domicílio.

3 ANÁLISE DOS PONTOS DE PRESSÃO À LUZ DA VISÃO HETERODOXA

Esse capítulo relacionará a base teórica demonstrada no capítulo 1 com a análise descritiva do capítulo 2, focando nos pontos de pressão que explicam as tendências do IPCA no período de 2012 a 2021. Contudo, para cada segmento estudado será aplicada uma metodologia diferente e adequada para o comportamento da sua respectiva série ao longo do tempo.

Assim, no caso dos preços monitorados, serão escolhidos os anos que apresentaram as maiores taxas. A partir disso, o trabalho analisará os meses mais relevantes desses anos, investigando quais itens e subitens que explicam a alta inflação. Após essa análise, o estudo indicará, depois da identificação das causas da inflação, que tipo de inflação, dentre as elencadas no capítulo 1, se aplica aos casos desses preços.

A metodologia da análise dos preços de sérvios se assemelha à anterior ao escolher os anos de foco. Contudo, ela será orientada a partir de um padrão explícito de sazonalidade. Logo, o fio condutor do trabalho nesse caso não serão os anos em si, mas a discussão sobre essa sazonalidade.

Os preços dos bens industriais também serão estudados a partir dos anos com maiores taxas. Todavia, a análise focará no subitem etanol que é o fio condutor das altas taxas de inflação que essa série apresenta.

Os preços de alimentação em domicílio, por fim, serão analisados em todo período compreendido neste trabalho, de 2012 a 2021. Todavia, o foco será naqueles meses que apresentaram as maiores taxas em todos esses períodos. A partir disso, o estudo

dividirá esses meses em dois momentos. O primeiro será o período de 2012 a 2019 e o segundo, de 2020 a 2021. Assim, será realizada uma análise com base nos tipos dos produtos agrícolas que mais tensionam a inflação e os motivos desse comportamento.

3.1 PREÇOS MONITORADOS

A pressão inflacionária dos preços monitorados, como já abordado no capítulo 2 deste trabalho, se destacou nos anos de 2015, 2017, 2018 e 2021 como foco para os respectivos índices gerais de cada ano. Um padrão no período de estudo, ao observar as variações mensais, é que dois preços são recorrentes como principais responsáveis para inflação de monitorados em muitos dos picos dessa série, eles são a da gasolina e a da energia elétrica. Todavia, outros subitens também apresentam também uma importante incidência nessa série, como taxa de água e esgoto, produtos farmacêuticos, gás de botijão e plano de saúde. Os anos em destaque foram desagregados por mês na tabela 8 abaixo, esse trabalho se concentra em analisar os picos mensais e suas causas.

Tabela 12 - Taxas mensais de inflação da série “Monitorados” no anos 2015, 2017, 2018 e 2021

Mês	% mensal	Mês	% mensal	Mês	% mensal	Mês	% mensal
jan/15	2,5	jan/17	0,8	jan/18	0,2	jan/21	-0,29
fev/15	2,37	fev/17	0,58	fev/18	0,55	fev/21	1,69
mar/15	3,36	mar/17	0,48	mar/18	0,23	mar/21	2,81
abr/15	0,78	abr/17	-0,6	abr/18	0,6	abr/21	0,38
mai/15	1,22	mai/17	1,56	mai/18	1,37	mai/21	2,11
jun/15	1,12	jun/17	-0,83	jun/18	2,49	jun/21	0,81
jul/15	1,17	jul/17	1,28	jul/18	0,89	jul/21	1,68
ago/15	0,32	ago/17	1,73	ago/18	0,12	ago/21	0,95
set/15	0,92	set/17	0,24	set/18	0,96	set/21	1,93
out/15	1,39	out/17	0,98	out/18	0,54	out/21	1,35
nov/15	1,09	nov/17	1,32	nov/18	-1	nov/21	2,3
dez/15	0,53	dez/17	0,21	dez/18	-0,89	dez/21	0,05

Fonte: Da dos das séries temporais disponibilizadas pelo BCB, elaboração própria

Legenda: Quanto mais verde, maior é a taxa em relação às outras do mesmo ano; quanto mais vermelha, menor é a taxa.

A análise dessa seção, como já abordado na introdução deste capítulo, analisará os picos da série de preços monitorados naqueles anos em que a inflação de monitorados se destacou. Logo, a partir da tabela 7, foram escolhidos os anos de 2015, 2017, 2018 e 2021. Após isso, dentro desses períodos, esse trabalho analisará aqueles meses em que os

preços monitorados apresentaram as maiores variações positivas, resultando na seguinte lista: janeiro, fevereiro, março, maio, junho, julho, outubro e novembro de 2015; maio, julho, agosto e novembro de 2017; maio e junho de 2018; fevereiro, março, maio, julho, setembro, outubro, novembro de 2021. Todos esses períodos estão relacionados na tabela 13.

Segundo IBGE (2015a), no mês de janeiro de 2015, o item individual que teve maior impacto no índice geral foi a energia elétrica, com um aumento de 8,27%. Isso deve à grande variação e ao peso considerável desse item na estrutura de ponderação, 3,558%, segundo à POF 2008-2009, vigente em 2015. O aumento da conta de luz nesse mês se deu, de acordo com o IBGE (2015a) pela apropriação do efeito do Sistema de Bandeiras Tarifárias, modelo de cobrança do gasto com usinas térmicas, que passou a vigorar a partir de primeiro de janeiro.

Ainda em janeiro de 2015, de acordo com IBGE (2015a), também se sobressaiu a taxa de água e esgoto, com 1,42% de aumento nesse mês. Além disso, também foram significativos os gastos com transporte público: ônibus urbano, 8,02%; ônibus intermunicipal, 6,59%; ônibus interestadual, 1,21%; metrô, 9,23%; táxi, 2,63%; e trem, 8,95%.

O mês de fevereiro de 2015, segundo o IBGE (2015b), teve destaque da gasolina, cujo preço subiu 8,42%. Tal fato teve importante impacto no índice geral do mês, já que a gasolina possui o peso nesse período, segundo a POF 2008-2009, de 4,2988%. Por conta disso, foi responsável por um quarto do IPCA do mês, ou seja, 25,41%.

A alta variação nesse mês se justifica, de acordo com IBGE (2015b) pelo aumento das alíquotas PIS/COFINS, que entrou em vigor em primeiro de fevereiro. Outro combustível de importância no mês de fevereiro de 2015 foi o óleo diesel que teve alta de 5,32%, por causa, também, do aumento das alíquotas do PIS/COFINS. Além disso, o grupo de transportes públicos também apresentou variações altas em fevereiro de 2015, as maiores foram: trem, 3,10%; ônibus urbano, 2,73%; metrô, 2,67%; ônibus intermunicipal, 1,68%; e táxi, 1,21%. Por fim, a energia elétrica também teve sua influência nesse mês, tendo uma alta de 3,14%.

Em março de 2015, segundo IBGE (2015c), cuja variação mensal foi a maior do ano de 2015, 3,36%, teve como principal ponto de pressão a energia elétrica que teve aumento de 22,08%, gerando 0,71 p.p. de impacto no índice geral. Ainda de acordo com os comentários do IBGE sobre o mês em IBGE (2015c), “com a entrada em vigor a partir de 02 de março da revisão das tarifas aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica

– ANEEL ocorreram aumentos extras, fora do reajuste anual, para cobrir custos das concessionárias com a compra de energia.” Além da conta de luz em março de 2015, a gasolina teve uma elevação de 1,26%, refletindo aumento nas alíquotas do PIS/COFINS ocorrido em fevereiro.

No mês de maio de 2015, IBGE (2015d) mostra como destaque a energia elétrica, com alta de 2,77%, figurando como a maior contribuição individual. Dentre as maiores variações, estão gás de botijão, com 1,31%, taxa de água e esgoto, 1,23% e remédios, com 1,64%.

O principal responsável pela inflação de monitorados em junho de 2015, segundo IBGE (2015e), foi a taxa de água e esgoto, com variação de 4,95%.

Em julho de 2015, de acordo com o IBGE (2015f), mais uma vez a energia elétrica figurou como líder do ranking das principais contribuições individuais, com aumento de 4,17%. Além disso, a taxa de água e esgoto ficou 2,44% mais cara e os planos de saúde ganharam 1,59%, resultante do reajuste de 13,55% concedido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Observando IBGE (2015g), a gasolina alcançou novo pico em outubro de 2015. Acompanhou também a alta de preços, o óleo diesel com 3,26%. No mesmo sentido, o gás de botijão apresentou um preço de 3,27%. Outro preço com significativa influência é o plano de saúde, com 1,06%.

IBGE (2015h) apresentou como sua principal fonte da inflação de monitorados em novembro de 2015 a gasolina com 3,21%. O óleo diesel foi outro combustível com variação positiva nesse mês, constando 1,76%. Ambos os aumentos dos combustíveis em Outubro e Novembro de 2015 foram resultantes do reajuste de 4% nas bombas ocorrido em 30 de setembro de 2015.

Assim, como no restante do ano de 2015, analisando IBGE (2015h), os transportes públicos tiveram importante influência no IPCA. Em novembro de 2015, o principal subitem foi o ônibus urbano custando 1,11% a mais nesse mês. Além disso, o subitem plano de saúde permanece com variação positiva semelhante a outros meses de 2015, 1,06%.

A partir da análise focalizada nos meses de 2015, percebe-se que tanto a gasolina quanto a energia elétrica possuem participação significativa na taxa anual de 18,07% de inflação dos preços monitorados.

Os preços monitorados nos anos 2017 e 2018 apresentaram, segundo a tabela 7, taxas menores que 2015, mas ainda assim altas em comparação com as outras séries.

Todavia, assim como em 2015, todos os picos de ambos os anos, são influenciados por aumentos ocorridos nos preços de energia elétrica e da gasolina. Outro padrão observado com a análise dos meses é o do preço de planos de saúde, esse subitem apresenta uma taxa recorrente de aumento orbitando 1,06% ao longo de vários meses. Isso faz com que, no acumulado, esse subitem participe de forma significativa tanto da inflação de monitorados quanto do IPCA por possuir um dos maiores pesos, 2,897%.

Segundo IBGE (2017a) demonstra que, sem o desconto que incidiu em abril de 2017, as contas de energia elétrica aumentaram 8,98% em maio de 2017. A energia elétrica liderou o ranking desse mês, sendo a maior contribuição para o IPCA. IBGE (2017) lembra que “em abril ocorreu queda de 6,39%, com os descontos aplicados por decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de modo a compensar os consumidores pela cobrança indevida, em 2016, do chamado Encargo de Energia de Reserva (EER) voltado a remunerar a usina de Angra III.” Todavia, em maio de 2017, o preço foi reajustado. Assim como em outros meses já analisados, o subitem plano de saúde apresenta uma variação 1,06% em relação ao mês anterior.

Em julho de 2017, de acordo com IBGE (2017b), a energia elétrica outra vez possui o maior impacto individual no índice geral, com uma variação de 6% em relação ao mês anterior. Esse aumento, segundo comentários dos indicadores feitos pelo IBGE, decorreu da entrada em vigor da bandeira tarifária amarela, a partir do dia 01 de julho. Além disso, houve aumento da parcela do PIS/COFINS na maioria das regiões pesquisadas, acentuando ainda mais a alta desse subitem.

Também, nesse mês de julho de 2017, reajustes nos preços da gasolina, nos ônibus interestaduais e no serviço de água e esgoto provocaram variações de 1,06%, 2,15% e 1,21%, respectivamente. Por fim, os preços dos planos de saúde também registraram uma variação positiva de 1,06%.

A gasolina no mês de agosto de 2017 assumiu a liderança de maior contribuição para a inflação tanto IPCA, quanto da inflação de monitorados. Esse subitem teve uma variação 7,19% em relação ao mês anterior por dois motivos, segundo IBGE (2017c). O primeiro é o aumento na alíquota do PIS/COFINS que passou a vigorar em julho. O segundo motivo, por sua vez, foi o conjunto de 19 reajustes no mês de agosto de 2017.

Apesar do protagonismo da gasolina no mês de agosto de 2017, a energia elétrica, ainda em IBGE (2017c), também apresentou um aumento de 1,97% por conta da entrada em vigor da bandeira tarifária vermelha no dia 01 de agosto. Outros preços que se destacaram no mesmo mês foram a taxa de água e esgoto, por conta de reajustes em

algumas regiões, e o plano de saúde, que corresponderam a 1,78% e 1,07%, respectivamente.

No pico apresentado em novembro de 2017, a energia elétrica, segundo IBGE (2017d), teve a principal contribuição no índice de novembro, com as contas de luz 4,21% mais caras nesse mês. Essa situação é explicada pela cobrança adicional realizada na energia elétrica em novembro. O gás de botijão também teve variação de 1,57%, isso se deve a autorização da Petrobrás para o reajuste nas refinarias. Esse fato também causou aumento do preço da gasolina, que variou em 2,92% em relação ao mês anterior. Outros dois preços se destacaram nesse mês: taxa de água e esgoto, 1,32%, e plano de saúde, 1,06%.

O ano de 2018 apresentou dois picos importantes, representados pelos meses de maio e junho. De acordo com IBGE (2018a) e (2018b), ambos os meses apresentam grandes participações das variações da energia elétrica na inflação, sendo elas 3,53%, correspondendo a 012 p.p. no índice do mês, e 7,93%, com 0,29 p.p. de contribuição no índice geral do mês. Todavia, os motivos para esses aumentos são diferentes. Enquanto no mês maio a variação é advinda da bandeira tarifária amarela, a de junho se deve à adoção da bandeira vermelha, ainda segundo o IBGE.

O subitem gás encanado se destaca em ambos os meses por conta de um reajuste nas tarifas no Rio de Janeiro, que impactou os dois meses, apresentando 0,91% e 2,37% nos meses de maio e junho, respectivamente. Outra semelhança, é a presença de variações positivas no subitem gasolina, 3,34% em maio e 5% em junho, além do recorrente aumento dos planos de saúde em 1,06% para os dois meses. Contudo, o mês de junho de 2018, segundo IBGE (2018b), apresenta um elemento a mais, que consiste em um aumento significativo no preço do gás de botijão, 4,08%.

O ano de 2021 apresentou, de acordo com a tabela 7, uma taxa anual de 16,90% nos preços monitorados, maior variação em relação às outras séries de preços. Assim como o restante dos anos analisados, a série apresenta o mesmo padrão de inflação de preços monitorados alavancados, principalmente, por reajustes na gasolina e na energia elétrica. Esses subitens são impulsionados, no primeiro caso, pelos aumentos de alíquotas e reajustes nas bombas e refinarias. Enquanto, no segundo caso, pelos reajustes de alíquotas e mudanças de bandeiras tarifárias.

Os picos de 2021 que foram puxados principalmente pela variação do preço da gasolina foram, segundo IBGE (2021a; 2021b; 2021h; 2021i): fevereiro (7,11%), março (11,26%), outubro (3,10%) e novembro (7,38%). Em todos esses quatro meses, a alta da

gasolina foi acompanhada pelos preços do óleo diesel e do gás de botijão. Esse último apresentou um aumento vertiginoso durante todo o ano de 2021, acumulando, em novembro de 2021, 38,88% de variação, somando os últimos 12 meses. Outro combustível que acompanhou o aumento do grupo foi o gás veicular no mês de novembro, com uma variação de 4,30%. Ainda nesses quatro meses, segundo IBGE (2021a; 2021b; 2021h; 2021i), o gás encanado foi um ponto de pressão com variações significativas, aparecendo em fevereiro (2,68%) e novembro (2,00%).

Os meses de maio, julho e setembro em 2021, por sua vez, apresentaram outro subitem protagonista na incidência na inflação, a energia elétrica, resultando nas seguintes variações mensais: 5,37%, 7,88% e 6,47%, respectivamente. Todos esses aumentos, de acordo com IBGE (2021c; 2021e; 2021g), decorrem de mudanças no sistema de bandeira tarifária.

Para além dessa análise, em maio de 2021 também ocorreram algumas pressões inflacionárias, dentre elas: gás encanado (4,58%), gasolina (2,87%), gás veicular (23,75%) e óleo diesel (4,61%). Em julho de 2021, por sua vez, também se destaca a variação dos preços dos pedágios, conferindo uma alta de 5,01%. Por fim, em setembro de 2021 apresentou uma alta de gasolina no valor de 2,32%.

Com base na análise realizada nessa seção, observa-se que dois itens fundamentais para explicar o comportamento da inflação de monitorados são a gasolina e a energia elétrica. Ambos esses preços são regidos por contrato e apresentam incidência da administração pública na sua determinação, por conta disso apresentam certa rigidez.

Além disso, os reajustes tanto na gasolina, quanto na energia elétrica, são ocasionados por mudanças no lado da oferta. Em nenhum dos dois pontos de pressão é possível estabelecer relação entre suas causas e estímulos provocados na demanda agregada.

No caso da gasolina, os reajustes se caracterizaram por aumento de alíquotas e aumento direto na bomba, autorizado pela Petrobras. Em específico, no caso desse ponto de pressão, utilizando a discussão teórica do capítulo 1, pode-se dizer que um tipo de inflação presente é a de impostos, por conta das mudanças nas alíquotas. Outra que se pode relacionar é a importada, implicando em custos para as refinarias, porque o preço das commodities, como o petróleo, são determinados pelo mercado internacional. Também, o câmbio mais alto pode ser repassado para custo, já que parte do petróleo importado pelas refinarias é importado, caracterizando também nesse como do tipo inflação importada. Outra possibilidade para explicar o aumento de custo da gasolina é a política

de preços da Petrobras que possui poder de monopólio e, assim, tem poder de mercado para mudar sua política de preços assim que achar necessário. Logo, se a política de preços da Petrobras, como a atual chamada de preço de paridade de importação (PPI), aumentar o preço do petróleo, isso implicará em maior custo para as refinarias e, em certa medida, contribuirá para a inflação da gasolina.

No caso da energia elétrica, os reajustes são causados pelos aumentos de alíquotas de PIS/COFINS ou pelas mudanças ocorridas nas bandeiras tarifárias. O primeiro tipo se caracteriza pela inflação de impostos, o aumento da alíquota implica em maior custo para o consumidor. A outra causa do aumento da conta de luz é o sistema de bandeiras tarifárias, pensado para compensar os custos das condições ambientais na oferta de energia. Ou seja, se os reservatórios estão em baixo nível, muda-se a bandeira para compensar o custo de produzir nas termelétricas o que falta de energia para a sociedade. Logo, pode-se dizer que essas mudanças nas condições ambientais se caracterizam por choques inflacionários, abordados no capítulo 1, e as bandeiras tarifárias é uma forma de repasse desse custo gerado para os consumidores finais.

3.2 PREÇOS DE SERVIÇOS

O comportamento da inflação de serviços nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015 possui indícios de sazonalidade, pois suas maiores taxas nesse período se concentram majoritariamente nos meses de fevereiro e dezembro, conforme pode-se observar na Tabela 13.

Tabela 13 - Taxas mensais da inflação de serviços nos anos 2012, 2013, 2014 e 2015

Mês	% mensal	Mês	% mensal	Mês	% mensal	Mês	% mensal
jan/12	1,05	jan/13	0,92	jan/14	0,47	jan/15	0,87
fev/12	1,25	fev/13	1,3	fev/14	1,24	fev/15	1,07
mar/12	0,52	mar/13	0,26	mar/14	1,09	mar/15	0,58
abr/12	0,77	abr/13	0,54	abr/14	0,44	abr/15	0,72
mai/12	0,21	mai/13	0,56	mai/14	0,3	mai/15	0,2
jun/12	0,52	jun/13	0,64	jun/14	1,1	jun/15	0,79
jul/12	0,79	jul/13	0,64	jul/14	-0,05	jul/15	0,54
ago/12	0,49	ago/13	0,6	ago/14	0,59	ago/15	0,32
set/12	0,51	set/13	0,63	set/14	0,77	set/15	0,67
out/12	0,51	out/13	0,52	out/14	0,43	out/15	0,62
nov/12	0,82	nov/13	0,65	nov/14	0,46	nov/15	0,46
dez/12	0,98	dez/13	1,16	dez/14	1,2	dez/15	0,97

Fonte: Dados das séries temporais disponibilizadas pelo BCB, elaboração própria

Legenda: Quanto mais verde, maior é a taxa em relação às outras do mesmo ano; quanto mais vermelha, menor é a taxa.

Ao analisar os comentários do IBGE sobre o IPCA identifica-se dois pontos de pressão especificamente nesses meses, apresentando frequência regular. O primeiro é no grupo de Educação, em específico nos cursos regulares e cursos diversos, sempre no mês de fevereiro resultante do reajuste anual das mensalidades desses cursos.

Em fevereiro de 2012, houve uma variação positiva de 5,62% do grupo Educação, representando 54% da inflação mensal. Esse resultado, de acordo com IBGE (2012b), “reflete os reajustes praticados no início do ano letivo, com destaque para os aumentos nas mensalidades dos cursos regulares, que subiram 6,93% e constituíram-se no item de maior impacto individual no mês, com 0,19 ponto percentual.” Nas mensalidades dos cursos diversos a variação foi 7,09%.

No ano de 2013, em fevereiro, o aumento no grupo Educação, segundo IBGE (2013d) foi de 5,40%, apresentando a maior variação do mês. Isso foi resultado dos reajustes das mensalidades dos cursos regulares, 6,91%, maior impacto individual do mês.

O ano de 2014, de acordo com IBGE (2014a), apresentou em fevereiro alta de 5,97% no grupo Educação e causa disso foram os reajustes nas mensalidades dos cursos regulares, aumentando em 7,64% os preços, sendo o maior impacto individual no mês. Além disso, nas mensalidades dos cursos diversos a variação foi de 5,95%.

Em fevereiro de 2015, como mostra IBGE (2015b), o grupo Educação atingiu um acréscimo de 5,88% em relação ao mês anterior e foi causada também pelos reajustes anuais de início de período letivo. Os pontos de pressão que culminaram nesse resultado foram os cursos regulares com 7,24% e os cursos diversos com 7,14%.

O segundo ponto de pressão ocorre em dezembro nas despesas ligadas à viagens e a turismo, sendo as principais: passagens aéreas, hotéis e excursões/pacotes turísticos. Todavia, esses subitens também influenciam de forma recorrente em outros meses que compõem o período de férias de final de ano.

Nos anos estudados, os meses de dezembro, segundo IBGE (2012c; 2013e; 2014e; 2015i), foram marcados pela liderança das passagens aéreas, registrando 17,12%, 20,13%, 42,53% e 37,07% em 2012, 2013, 2014 e 2015, respectivamente. O subitem excursão esteve também presente como ponto de pressão nos mesmos meses, suas variações foram 17,13% em 2012, 8,89% em 2013, 2,05% em 2014 e 5,76% em 2015.

Janeiro é outro mês que apresenta de forma recorrente a inflação sendo impulsionada por esses subitens ligados a viagens e turismo. Por exemplo, de acordo com IBGE (2012a; 2013c), em 2012 e 2013, a inflação foi puxada pelas passagens aéreas, que tiveram aumentos de 10,61% e 5,15%, respectivamente.

O ano de 2014 apresentou um comportamento de dados atípico, principalmente em relação à sazonalidade. Isso se deve ao evento da Copa do Mundo que mudou a dinâmica dos gastos com passagens aéreas e hotéis. Por isso, nesse ano, as passagens aéreas, conforme IBGE (2014b; 2014c), tiveram aumentos em seus preços nos meses de março (26,49%) e junho (21,95%). Além disso, o mês de junho também teve outro ponto de pressão inflacionário nos segmentos de serviços que foi o subitem hotel, constando um aumento de 25,33%, segundo IBGE (2014c). As passagens aéreas junto do gasto com hotel representaram metade da inflação geral do mês de junho de 2014.

A partir dos dados apresentados e da análise descritiva presente nessa seção, é possível relacionar esse tipo de inflação apresentada, no caso dos gastos com viagens e turismo, como inflação de demanda. Isso porque o nível de preços aumenta quando há mais procura por esses serviços, tendo uma sensibilidade significativa em relação à renda.

A inflação advinda dos gastos com o grupo Educação se diferencia porque os preços apresentam rigidez para baixo porque são determinados por contrato. No mês de fevereiro, em que há renovação contratual, os reajustes são praticados em função da inflação do ano anterior e de aumento em seus custos. Logo, pode-se suspeitar que existe inflação de oligopólio nesse caso, já que as empresas educacionais conseguem imprimir reajustes acima do valor da inflação do ano anterior, cobrindo custos e, em muitos casos, ampliando a margem de lucro.

No mercado de Educação, os bens são substitutos imperfeitos. O mesmo curso em duas instituições de ensino diferentes pode ter características próprias e, conseqüentemente, qualidades diferentes. Além disso, o mercado de educação no Brasil não atende às características de mercado competitivo por apresentar concentração em vários setores. Como exemplo, Corbucci et al (2016) mostra a concentração da educação superior privada. Portanto, pode-se dizer que esses fatores do mercado da Educação mostra que a inflação, nesse caso, se aproxima da de oligopólio.

3.3 PREÇOS DE BENS INDUSTRIAIS

Os preços dos bens industriais apresentaram dois picos no período em que o trabalho se concentra, um em 2015 e outro em 2021, registrando 6,22% e 11,99%,

respectivamente, de acordo com a tabela 7. Logo, essa análise terá como foco o estudo dos meses de ambos os anos, comentando os meses que apresentaram os maiores aumentos dessa inflação.

Tabela 14 - Taxas mensais da inflação de bens industriais nos anos 2015 e 2021

Mês	% mensal	Mês	% mensal
jan/15	0,3	jan/21	0,61
fev/15	0,68	fev/21	0,81
mar/15	0,57	mar/21	0,82
abr/15	0,46	abr/21	0,53
mai/15	0,48	mai/21	1,28
jun/15	0,53	jun/21	0,79
jul/15	0,21	jul/21	0,69
ago/15	0,34	ago/21	1,02
set/15	0,37	set/21	1,04
out/15	0,64	out/21	1,4
nov/15	0,77	nov/21	0,98
dez/15	0,7	dez/21	1,41

Fonte: Dados das séries temporais disponibilizadas pelo BCB, elaboração própria

Legenda: Quanto mais verde, maior é a taxa em relação às outras do mesmo ano; quanto mais vermelha, menor é a taxa.

Embora os dois anos apresentados na tabela 13 apresenta valores diferentes e picos em meses diferentes, a análise dos comentários do IBGE, em IBGE (2015b; 2015g; 2015h; e 2015i), demonstra que o ponto de pressão nos picos em ambos os anos foi o mesmo, o subitem etanol. Em 2015, os meses de pico foram fevereiro, outubro, novembro e dezembro, que tiveram 7,19%, 12,29%, 9,31% e 2,80%, respectivamente, de aumento nesse subitem. O ano de 2021, por sua vez, segundo IBGE (2021a; 2021b; 2021c; 2021d; 2021f; 2021g; 2021h; e 2021i) apresentou picos em fevereiro, março, maio, junho, agosto, setembro, outubro e novembro, todos eles liderados pelo etanol, que registrou alta de 8,06%, 12,59%, 12,92%, 2,14%, 4,50%, 3,79%, 3,54% e 10,53%, respectivamente.

A inflação do etanol é explicada pelas inflações dos outros combustíveis, principalmente a da gasolina. Isso acontece porque o etanol atua como bem substituto de outros combustíveis. Na seção 3.1, que aborda os preços monitorados, é possível perceber que os anos 2015 e 2021 tiveram aumentos substanciais da gasolina, logo o aumento de preço na gasolina faz com que a procura do etanol aumente, já que ele é um bem substituto. Todavia, nem sempre a oferta acompanha o aumento da demanda ou os

produtores de etanol decidem aproveitar a oportunidade para ampliar o lucro, elevando assim o preço. Dessa forma, por conta dessa dinâmica, a partir da base teórica do capítulo 1, essa inflação se assemelha à de demanda.

3.4 PREÇOS DE ALIMENTAÇÃO NO DOMICÍLIO

De acordo com a tabela 11, observa-se que, ao longo do período estudado, a série “Alimentação no domicílio” apresenta de forma recorrente altas taxas anuais de inflação, sendo a única exceção o ano de 2017. Todavia, ainda analisando a mesma tabela, o ano de 2020 se destaca não só por ser o maior pico da série, mas por apresentar uma participação no IPCA muito acima, 54,16%, da média apresentada nos outros anos. Isso quer dizer que no ano tratado mais da metade do IPCA anual teve como origem a inflação de alimentos consumidos em domicílio.

Segundo Baccarin e Oliveira (2021), a explicação geral que se propõe para a inflação de alimentos de 2012 a 2019 “é que ela não teve origem nos segmentos industriais e de serviços (varejo, em especial), mas sim nas condições prevalecentes nos mercados agrícolas, que, por sua vez, sofreram fortes efeitos dos preços internacionais e da taxa de câmbio.”

De acordo com os mesmos autores, desde 1990, é observado o processo de aumento da participação brasileira nas exportações mundiais e da parcela de produção agrícola nacional destinada às exportações. Assim, Baccarin e Oliveira (2021) afirmam que “as variações dos preços recebidos pelos exportadores, em dólares, tendem a ser transmitidas aos preços internos, em reais, o que pode ser acentuado ou amenizado pela variação da taxa de câmbio.” Além disso, o Brasil continua importador líquido em outras cadeias, como no caso do trigo e dos produtos lácteos, recebendo, também por esse lado, o impacto das variações nas cotações internacionais.

Em um primeiro momento, de acordo com Baccarin e Oliveira (2021), a impressão é de que esses preços internacionais afetam apenas os preços internos dos produtos agrícolas comercializáveis. Enquanto isso, os produtos não comercializáveis estariam sujeitos principalmente às mudanças das condições de oferta e demanda internas. Todavia, ainda segundo os mesmos autores, os produtos não comercializáveis têm seus preços afetados pelas condições do mercado internacional. Isso porque as atividades agrícolas concorrem por terra e pelos investimentos. Isto é, se as condições internacionais indicarem uma expectativa de lucro para determinados produtos da pauta exportadora em detrimento de outros destinados ao mercado interno, os produtores agrícolas destinarão a

maior parte de sua área de plantio para os primeiros. Logo, pode-se afirmar que os produtos não comercializáveis são afetados tanto pelos preços internacionais das *commodities* agrícolas, quanto pelo câmbio.

Modenesi (2020) reforça essa ideia ao exemplificar que “a área plantada de arroz caiu de 2,7 mil hectares, em 2010, para 1,6 mil hectares, a despeito do aumento de 37% da área plantada total do país. Ao mesmo tempo, a soja ocupa cerca de 70% deste total. Somada ao cultivo de milho, essas duas culturas voltadas para a exportação, usam quase 90% da área plantada do país. Por outro lado, os grãos essenciais (como arroz, feijão etc.) ocupam menos de 7% da área cultivada.”

Ademais, Baccarin e Oliveira (2021) complementam que “pelo lado da demanda, é possível considerar que aumento de preços de produtos comercializáveis possa acarretar elevação de preços e, em seguida, de produção, em produtos não comercializáveis, mas que sejam substitutos dos primeiros. ‘(...) acrescente-se a possibilidade de transferência indireta a produtos substitutos, de modo que podem ser afetados bens não transáveis, por exemplo, a alta do preço do arroz levando a um maior consumo e alta de preço da batata’.”

Além dos preços internacionais, a taxa de câmbio também exerce influência nos preços domésticos. Modenesi (2020) afirma que uma desvalorização cambial promove inflação por dois canais. O primeiro é o repasse pelo custo dos insumos para produção agrícolas. Visto que parcela relevante, segundo Modenesi (2020), é importada, o dólar mais caro implica em maiores preços finais, já que o custo é repassado, em parte ou totalmente, para o consumidor final. O segundo canal de transmissão é que a desvalorização estimula as exportações. Isso faz com que os produtores agrícolas diminuam a oferta interna, pressionando a inflação. Esse processo é demonstrado no capítulo 1 quando o trabalho aborda os mecanismos de transmissão, em específico, o canal câmbio-custo.

Sobre o período de 2012 a 2019, Baccarin e Oliveira (2021) afirmam que “a diminuição suave dos preços internacionais não foi suficiente para compensar a forte desvalorização do real, daí derivando pressões inflacionárias nos alimentos. Neste caso, a exceção foi 2017, em que a desvalorização do real foi, pontualmente, revertida.” O caso de 2017 é explicado por uma supersafra, principalmente de produtos que são a base da cesta básica brasileira, como o arroz e o feijão.

Esse período de 2012 a 2019 foi marcado pela inflação majoritariamente concentrada nos produtos não comercializáveis. Para ilustrar essa afirmação, o estudo

selecionou os treze maiores picos do período, que foram aqueles meses que apresentaram uma variação de próxima ou superior a 2%, conforme demonstra a tabela 14 abaixo.

Tabela 15 - Taxas mensais dos picos da inflação de alimentos consumidos em domicílio de 2012 a 2019

Mês	% mensal
jan/13	2,49
mar/14	2,43
nov/15	2,46
dez/15	1,96
jan/16	2,89
jun/18	3,09
mar/19	2,07
dez/19	4,69

Fonte: Dados das séries temporais disponibilizadas pelo BCB, elaboração própria

Legenda: Quanto mais verde, maior é a taxa em relação às outras do mesmo ano; quanto mais vermelha, menor é a taxa.

Segundo IBGE (2013c), o mês de janeiro de 2013, os produtos que se destacaram foram o tomate (26,15%), a batata-inglesa (20,58%), cebola (14,25%), hortaliças (10,86%) e cenoura (9,83%). De acordo com o IBGE, fatores ligados à oferta reduzida, como o clima e área de plantio destinada, levaram a inflação desses produtos no mês.

O mês de março de 2014, segundo o IBGE (2014b), “Em consequência da seca que atingiu as lavouras de alguns estados e prejudicou a oferta de alimentos, produtos importantes na mesa do consumidor tiveram fortes aumentos nos preços, a exemplo do tomate, que ficou 32,85% mais caro.”

No pico apresentado em novembro de 2015, IBGE (2015h) afirma que os produtos que apresentaram os maiores aumentos foram batata-inglesa (27,46%), tomate (24,65%), açúcar cristal (15,11%) e refinado (13,15%).

O mês de dezembro de 2015, por sua vez, de acordo com IBGE (2015i), os subitens que apresentaram aumentos expressivos foram da cebola (13,71%) e do tomate (11,45%), açúcar refinado (10,20%) e cristal (7,14%), feijão-fradinho (7,24%) e carioca (7,02%).

Em janeiro de 2016, em IBGE (2016), apresentaram crescimento nos preços da cenoura (32,64%), o tomate (27,27%), a cebola (22,05%) e a batata-inglesa (14,78%).

Junho de 2018 foi um mês atípico, porque o pico presente nesse mês é resultado da paralisação dos caminhoneiros ocorrida no final do mês de maio do mesmo ano. Segundo IBGE (2018b), as principais altas ficaram com a batata-inglesa (de 17,51% em maio para 17,16% em junho), o leite longa vida (de 2,65% em maio para 15,63% em junho), o frango inteiro (de -0,99% em maio para 8,02% em junho) e as carnes (de -0,38% em maio para 4,60% em junho).

Em março de 2019, de acordo com IBGE (2019b), “os itens que sobressaíram são: o tomate (31,84%), a batata-inglesa (21,11%), o feijão-carioca (12,93%) e as frutas (4,26%).”

Dezembro de 2019, por fim, segundo IBGE (2019c), foi particularmente afetado pelo comportamento dos preços das carnes (18,06%), que contribuíram com o maior impacto individual no IPCA de dezembro (0,52 p.p.). Os preços do frango inteiro (5,08%) e dos pescados (2,37%) também subiram, assim como os de outros gêneros alimentícios, como o feijão-carioca (23,35%) e o tomate (21,69%).”

O período que compreendeu 2020 e 2021 foi afetado inicialmente pela crise econômica derivada da Covid 19, resultando em diminuição do poder de compra e da demanda de alimentos. Enquanto isso, segundo Baccarin e Oliveira (2021), “aos moldes do verificado entre 2012 e 2019, a variação da taxa de câmbio brasileira, caracterizada pela desvalorização do real perante o dólar, manteve-se como um item de pressão inflacionária no Brasil.” Assim como o período de 2012 a 2019, também, foram os produtos sem ou com mercado externo pouco expressivo, como arroz e feijão, que mais pressionaram a inflação.

De acordo com Modenesi (2020), “a intensa desvalorização cambial contribuiu para a alta dos alimentos. A maior atratividade das exportações implica menor oferta para o mercado interno. Com menos oferta o preço tende a subir. Além disso, a China e outros países têm aumentado suas importações de produtos agrícolas brasileiros – o que reduz ainda mais sua disponibilidade interna.”

Os maiores picos encontrados de 2020 a 2021 se concentraram todos no primeiro ano. Logo, esse trabalho focará nos meses desse ano que apresentaram variações positivas na inflação mensal acima do patamar de 2%. A tabela 14 reúne esse grupo que será analisado.

Tabela 16 - Taxas mensais dos picos da inflação de alimentos consumidos em domicílio em 2020

Mês	% mensal
abr/20	2,24
set/20	2,89
out/20	2,57
nov/20	3,33
dez/20	2,12

Fonte: Dados das séries temporais disponibilizadas pelo BCB, elaboração própria

Legenda: Quanto mais verde, maior é a taxa em relação às outras do mesmo ano; quanto mais vermelha, menor é a taxa.

O mês de abril de 2020, segundo IBGE (2020a), apresentou alta nos seguintes subitens: cebola (34,83%), batata-inglesa (22,81%), feijão-carioca (17,29%) e leite longa vida (9,59%).

De acordo com IBGE (2020b), o mês de setembro apresentou as maiores variações no óleo de soja (27,54%) e no arroz (17,98%), os dois contribuíram com 0,16 p.p. no IPCA de setembro. Ainda em IBGE (2020b), “os preços de outros produtos importantes na cesta de consumo das famílias, como o tomate (11,72%), o leite longa vida (6,01%) e as carnes (4,53%) também subiram.”

No mês de outubro de 2020, IBGE (2020c) mostra alta em subitens como o arroz (13,36%) e o óleo de soja (17,44%). do tomate (18,69%).

O mês de novembro de 2020, por sua vez, teve altas mais intensas, como mostra IBGE (2020d), concentrando-se em produtos como as carnes (6,54%) e a batata-inglesa (29,65%). o tomate (18,45%), o arroz (6,28%) e o óleo de soja (9,24%).

IBGE (2020e) aborda o mês de dezembro de 2020, por fim, mostrando altas nos preços das carnes (3,58%), do arroz (3,84%), do óleo de soja (4,99%) e das frutas (6,73%).

A inflação de alimentos consumidos no domicílio se apresentou de forma praticamente contínua, como mostra a tabela 11, de 2012 a 2019. Baccarin e Oliveira (2021) afirma que “isto se deveu mais à elevação dos preços ao produtor agrícola do que a acontecimentos na indústria alimentícia e nos canais de distribuição, em especial o varejo de alimentos. A maior internacionalização da agricultura brasileira no presente século está associada ao fenômeno. A partir de 2012, os preços internacionais agrícolas caíram suavemente, fato mais que compensado pela desvalorização do real perante o dólar, de forma que os preços internos continuaram aumentando.”

De acordo com Modenesi (2020), “a alta dos alimentos não resulta apenas do dólar mais caro. Muito menos do aumento da demanda por esses itens, devido ao auxílio emergencial do governo. É razoável supor que parcela majoritária dessa renda se transformou em maior demanda por alimentos. Mas a maior demanda não explica, por si só, a explosão do preço da cesta básica.” Para o autor, um fator preponderante para explicar a inflação de alimentos é o desmonte da política de segurança alimentar e de abastecimento interno no Brasil.

Segundo Modenesi (2020), a inflação de alimentos “pode ser facilmente combatido por meio de uma política de garantia de abastecimento interno de produtos essenciais – não apenas agrícolas, mas também, de outros produtos estratégicos. A estratégia é, simplesmente, a seguinte: em momentos de baixa dos preços, o governo retém estoques; em períodos de alta, ele vende. Além de controlar a inflação, o governo estimula a produção doméstica ao garantir um preço mínimo para o produtor. Recentemente, foi realizado um desmonte dessa política. Assim, a CONAB foi enfraquecida, o PAA e o PNSAN idem. Os estoques de arroz foram eliminados. Em 2015, havia 1,6 mil toneladas estocadas; atualmente existem apenas 22 toneladas. Os estoques de feijão e de farinha de trigo também foram dizimados. Adicionalmente, em 2019, a medida provisória nº 870 extinguiu o CONSEA. Para piorar ainda mais, o Presidente vetou o projeto de lei nº 735, que assegurava “medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares”, que produzem 70% dos alimentos consumidos pela população brasileira.”

A partir da análise realizada nessa seção, relacionando com a base teórica do capítulo 1, é possível afirmar que nos preços de alimentação no domicílio predomina uma inflação de custos que se expressa pela inflação importada e pelos choques inflacionários. O primeiro abarca os efeitos dos preços internacionais e do câmbio repassados diretamente, no caso dos produtos agrícolas comercializáveis, e indiretamente, no caso dos não comercializáveis. Os choques inflacionários se caracterizam pelas condições ambientais e de clima que afetam positivamente ou negativamente a oferta e a produção desses alimentos.

CONCLUSÃO

A análise feita no capítulo 3 deste trabalho demonstra que, dos seis pontos de pressão identificados, apenas dois podem ser relacionados ao aumento da demanda agregada, são eles o etanol, no segmento de bens industriais, e os gastos relacionados a

viagens e turismo, no segmento de serviços. Todos os outros pontos de pressão inflacionária podem ser categorizados como inflação de custos.

Destacaram-se, por sua influência na composição do IPCA, os preços monitorados que possuem em torno de um quarto de peso no cálculo do IPCA e nos dois anos de maiores picos, 2015 e 2021, representando cerca de 40% dos resultados do índice geral para esses anos. Os dois pontos de pressão desse segmento são a gasolina e a energia elétrica. A gasolina, os reajustes se caracterizaram por aumento de alíquotas e aumento nos preços pela Petrobras, caracterizando inflação de impostos, inflação importada e a de monopólio. No caso da energia elétrica, existe a inflação de imposto e por choques inflacionários.

Além disso, os dois outros pontos de pressão relevantes não se aproximam da classificação de inflação de demanda. A inflação advinda dos gastos com o grupo Educação se aproxima da inflação de monopólio. Nos preços de alimentação no domicílio predominam a inflação importada e os choques inflacionários.

Por todos esses resultados expostos a partir das análises deste trabalho, pode-se afirmar que a visão ortodoxa não é suficiente para explicar as causas da inflação brasileira. Ademais, o Banco Central do Brasil não apresenta um modelo que contempla o combate da inflação advinda do aumento de custos. Contrair a demanda agregada em resposta ao aumento do IPCA pode gerar mais problemas do que resolver os focos do problema. Por isso, faz-se necessário pensar alternativas para o combate da inflação, como políticas não monetárias que tenham como foco controlar os pontos de pressão inflacionária que se caracterizam como custos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADEO, E., DUTT, A. K. (1987). Os keyensianos neo-ricardianos e os pós-keynesianos. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro : IPEA.

AMADO, A. (2000) Limites monetários ao crescimento: Keynes e a não-neutralidade da moeda. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 21 (1), pp. 44-81. 2000.

ARAUJO, A. L. Z. (2013) “Avaliação Crítica do Regime de Metas de Inflação a partir da Ótica PósKeynesiana”. Revista Análise Econômica, 31, n. 60, Setembro

BACCARIN, J. G.; OLIVEIRA, J. A. de. (2021) Inflação de alimentos no Brasil em período da pandemia da Covid 19, continuidade e mudanças. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, SP, v. 28, n. 00, p. e021002, 2021. DOI: 10.20396/san.v28i00.8661127. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661127>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB) (2019) Atualizações da estrutura de ponderação do IPCA e repercussão nas suas classificações. Estudo Especial nº69/2019, dez. 2019

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). (1999). Relatório de Inflação, v. 1, nº 1, jun. 1999

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). (2011) Atualizações das Estruturas de Ponderação do IPCA e do INPC e das Classificações do IPCA. Boxe do Relatório de Inflação, dez. 2011

BIELSCHWSKY, R. (2000). Pensamento Econômico Brasileiro 1930-1964. Contraponto: Rio de Janeiro. 4ª Edição.

BRESSER-PEREIRA, L. C., & NAKANO, Y. (1984). Fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação. *Brazilian Journal of Political Economy*

CARVALHO, F. J. C. (1990) Alta inflação e hiperinflação: uma visão pós-Keynesiana. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 10, n. 4 (40), pp. 62-82. 1990.

CARVALHO, F. J. C. (2020) Keynes e os pós-keynesianos: princípios de macroeconomia para uma economia monetária de produção. Rio de Janeiro: Alta Cult, 2020.

CORBUCCI, R. P., KUBOTA, L. C., & MEIRA, A. P. B. (2016). Reconfiguração estrutural ou concentração do mercado da educação superior privada no Brasil? [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Report Radar 46]. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.36117.73440>

DAVIDSON, P. (1988). Technical definition of uncertainty and the long-run nonneutrality of money. *Cambridge Journal of Economics*, s.n.t.

DAVIDSON, R (1994). *Post Keynesian Macroeconomic Theory*. Cheltenham: Edward Elgar.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2011) Nota técnica 01/2011 - Atualização das Estruturas de Ponderação a partir da POF 2008-2009. <https://ftp.ibge.gov.br/Precos_Indices_de_Precos_ao_Consumidor/Sistema_de_Indices_de_Precos_ao_Consumidor/Notas_Tecnicas/atualizacao_das_estruturas_POF2008_2009.pdf> Acesso em: 15/01/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2012a) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-IPCA. Janeiro de 2012. Rio de Janeiro: IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2012_jan.pdf> Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
 (2012b) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-
 IPCA. Fevereiro de 2012. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2012_fev.pdf>
 Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).
 (2013a) Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor: Métodos de cálculo.
 Sétima edição. Rio de Janeiro: IBGE. <
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv65477.pdf>> Acesso em: 15/01/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).
 (2013b) IPCA e INPC: ampliação da abrangência geográfica. Nota técnica 03/2013, Rio
 de Janeiro: IBGE.
 <https://ftp.ibge.gov.br/Precos_Indices_de_Precos_ao_Consumidor/Sistema_de_Indices_de_Precos_ao_Consumidor/Notas_Tecnicas/snipc_nota_tecnica_2013_03.pdf>
 Acesso em: 15/01/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
 (2012c) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-
 IPCA. Dezembro de 2012. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2012_dez.pdf>
 Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
 (2013c) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-
 IPCA. Janeiro de 2013. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2013_jan.pdf>
 Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
 (2013d) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-
 IPCA. Fevereiro de 2013. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2013_fev.pdf>
 Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
 (2013e) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-
 IPCA. Dezembro de 2013. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2013_dez.pdf>
 Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
 (2014a) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-
 IPCA. Fevereiro de 2014. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2014_fev.pdf>
 Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
 (2014b) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-
 IPCA. Março de 2014. Rio de Janeiro: IBGE. <

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2014_mar.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2014c) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-
IPCA. Junho de 2014. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2014_jun.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2014d) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-
IPCA. Dezembro de 2014. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2014_dez.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2015a) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-
IPCA. Janeiro de 2015. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_jan.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2015b) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-
IPCA. Fevereiro de 2015. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_fev.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2015c) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-
IPCA. Março de 2015. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_mar.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2015d) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-
IPCA. Maio de 2015. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_maio.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2015e) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-
IPCA. Junho de 2015. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_jun.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2015f) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-
IPCA. Julho de 2015. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_jul.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2015g) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-IPCA. Outubro de 2015. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_out.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2015h) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-IPCA. Novembro de 2015. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_nov.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2015i) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-IPCA. Dezembro de 2015. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2016) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-IPCA. Janeiro de 2016. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2016_jan.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2017a) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-IPCA. Abril de 2017. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2017_abr.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2017b) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-IPCA. Julho de 2017. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2017_jul.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2017c) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-IPCA. Agosto de 2017. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2017_ago.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2017d) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-IPCA. Novembro de 2017. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2017_nov.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2018a) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-IPCA. Maio de 2018. Rio de Janeiro: IBGE. <

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2018_maio.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2018b) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-
IPCA. Junho de 2018. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2018_jun.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).
(2019a) Nota Técnica 02/2019 - Atualização das Estruturas de Ponderação a partir da
POF 2017-2018.
<https://ftp.ibge.gov.br/Preços_Indices_de_Precos_ao_Consumidor/Sistema_de_Indices_de_Precos_ao_Consumidor/Notas_Tecnicas/snipc_nota_tecnica_2019_02.pdf> Acesso
em: 15/01/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2019b) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-
IPCA. Março de 2019. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2019_mar.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2019c) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-
IPCA. Dezembro de 2019. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2019_dez.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2020a) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-
IPCA. Abril de 2020. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2020_abr.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2020b) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-
IPCA. Setembro de 2020. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2020_set.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2020c) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-
IPCA. Outubro de 2020. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2020_out.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2020d) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-
IPCA. Novembro de 2020. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2020_nov.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2020e) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-IPCA. Dezembro de 2020. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2020_dez.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2021a) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-IPCA. Fevereiro de 2021. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2021_fev.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2021b) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-IPCA. Março de 2021. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2021_mar.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2021c) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-IPCA. Maio de 2021. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2021_maio.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2021d) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-IPCA. Junho de 2021. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2021_jun.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2021e) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-IPCA. Julho de 2021. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2021_jul.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2021f) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-IPCA. Agosto de 2021. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2021_ago.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2021g) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-IPCA. Setembro de 2021. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2021_set.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2021h) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-IPCA. Outubro de 2021. Rio de Janeiro: IBGE. <

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2021_out.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2021i) Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor: INPC-IPCA. Novembro de 2021. Rio de Janeiro: IBGE. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2021_nov.pdf>
Acesso em: 03/02/2022

KEYNES, J. M. (1930) *Treatise on Money, Collected Writings V and VI*. London: MacMillan, 1930/1971

KEYNES, J. M. (1936) *The General Theory of Employment, Interest and Money*. London: Palgrave MacMillan, 1936/2007

KEYNES, J. M. (1937). The general theory of employment. *The quarterly journal of economics*, 51(2), 209-223.

MARTINEZ, T. S., & Cerqueira, V. D. S. (2011). Estrutura da inflação brasileira: determinantes e desagregação do IPCA (No. 1634). *Texto para Discussão*.

MARX, Karl. (1894) *O Capital: crítica da Economia Política. Livro 3*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MINSKY, H. (1982) *Inflation, Recession and Economic Policy*. Armonk, New York: M. E. Sharpe

MINSKY, H. P. (2008) *John Maynard Keynes*. Nova Iorque: Editora McGraw-Hill, 2ª ed., pp. 53-67. 2008.

MISHKIN, F. S. (1995). Symposium on the monetary transmission mechanism. *Journal of Economic perspectives*, 9(4), 3-10.

MISHKIN, F. S. (1996). The channels of monetary transmission: lessons for monetary policy (No. w5464). National Bureau of Economic Research.

MODENESI, A. d. M. (2020) A Alta dos Alimentos: causas e medidas de combate. *Jornal GGN*, 2020. Disponível em: < <https://jornalggn.com.br/artigos/a-alta-dos-alimentos-causas-e-medidas-de-combate-por-andre-de-melo-modenesi/>>. Acesso em: 20 de março de 2022

MODENESI, A. d. M. e MODENESI, R. L. (2012). Quinze anos de rigidez monetária no Brasil pós-plano real: uma agenda de pesquisa. *Brazilian Journal of Political Economy*, 32(3):389–411.

MODENESI, A. d. M., PASSOS, N. (2021) Bancos Públicos e Política Monetária: teoria e alguns resultados com base em projeções locais dependentes de estado. *Revista de Economia Política*. No prelo.

MODENESI, A. d. M., PIRES-ALVES, C. C., & Martins, N. M. (2012). Mecanismo de transmissão da política monetária: a importância dos fatores microeconômicos. *Oikos* (Rio de Janeiro), 11(2)

MOLLO, M.L. (2004) “Ortodoxia e heterodoxia monetárias: a questão da neutralidade da moeda.” *Revista de Economia Política*, 24, n.3 (95), julho-setembro.

MOLLO, M.L.R. & SILVA, M.L.F. (1987). “Inflação e Conflito Distributivo: Um Jogo de Cartas Marcadas”. *Humanidades*, 14, Ago./Out.

NAKANO, Y. (1982). Recessão e inflação. *Revista de Economia Política*, Vol 2/2, nº 6, abri-junho/1982, p 133-137

PATINKIN, D. (1989) *Neutrality of Money*. The New Palgrave: A Dictionary of Economics. London and Basingstoke: The Macmillan Press Limited.

PAULA, L.F. (2013) Financiamento, crescimento econômico e funcionalidade do sistema financeiro: uma abordagem pós-keynesiana. *Estudos Econômicos* (São Paulo), v. 43, n. 2, p. 363-396, 2013.

PIMENTEL, D.M. (2017) *Dinâmica Inflacionária no Brasil Pós Real: Transmissão Assimétrica de Preços em uma Abordagem Desagregada*. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2017.

PRADO, E. F. S. (2003) A questão da comparação das teorias em ‘economia’. In: CORAZZA, G. (Org.). *Métodos da ciência econômica*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PREBISCH, R. (1981). *Capitalismo periférico: crisis y transformación*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

PREBISCH, R. (1982) El falso dilema entre desarrollo económico y estabilidad monetaria. In: GURRIERI, A. (Org.) *La obra de Prebisch en la Cepal*. México: Fondo de Cultura Económica, [1961a] 1982.

SAAD FILHO, A.; MOLLO, M.L.R. (2001) Reconhecimento social da moeda: observações sobre a inflação e a estabilização de preços no Brasil. *Revista de Economia Política*, vol.21, nº 2 (82), abril-junho/ 2001.

SAAD-FILHO, A. (2000) Inflation theory: a critical literature review and a new research agenda. *Research in Political Economy*, v. 8, p. 335-362, 2000.

SICSÚ, J. (2003). Políticas não-monetárias de controle da inflação: uma proposta pós-keynesiana. *Análise Econômica*